

# ***Natura Cosméticos S.A.***

*Relatório de Revisão dos  
Auditores Independentes  
Informações Trimestrais - ITR Individuais  
Segundo Trimestre - 2010*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da  
Natura Cosméticos S.A.  
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais da Natura Cosméticos S.A. (“Sociedade”), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, compreendendo o balanço patrimonial condensado, as respectivas demonstrações condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade da Administração da Sociedade.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade quanto aos critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais individuais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Sociedade.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais individuais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais individuais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, os quais alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações, que foram adotadas antecipadamente pela Sociedade para a elaboração das demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, também foram adotadas na elaboração das Informações Trimestrais individuais referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010. As Informações Trimestrais individuais referentes ao período anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.

São Paulo, 21 de julho de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco  
Contador  
CRC nº 1 SP 138635/O-2

NATURA COSMÉTICOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONDENSADOS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	30/06/2010	31/12/2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2010	31/12/2009
	explicativa				explicativa		
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	219.496	254.463	Empréstimos e financiamentos	13	81.744	469.590
Contas a receber de clientes	4	386.946	414.645	Fornecedores nacionais		55.656	60.379
Estoques	5	125.600	94.338	Fornecedores estrangeiros		637	497
Impostos a recuperar	6	36.667	93.760	Fornecedores - partes relacionadas	8	174.311	211.591
Partes relacionadas	8	20.789	26.757	Salários, participações nos resultados e encargos sociais		49.235	56.750
Adiantamentos a colaboradores e fornecedores		3.398	3.690	Obrigações tributárias	14	303.088	190.620
Outros créditos		32.934	23.930	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	8	163	174
Total do ativo circulante		<u>825.830</u>	<u>911.583</u>	Fretes a pagar		26.494	23.595
				Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	-	1.465
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Provisão para perdas em operações com derivativos	20	800	6.869
Realizável a longo prazo:				Outras obrigações		34.128	26.165
Impostos a recuperar	6	77.427	33.697	Total do passivo circulante		<u>726.256</u>	<u>1.047.695</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.a	77.674	82.952				
Depósitos judiciais	9	232.815	187.656	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	-	90	Empréstimos e financiamentos	13	371.549	25.707
Outros ativos financeiros		1.000	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	58.261	62.308
Investimentos	10	1.006.516	1.000.600	Provisão para perdas em investimentos em controladas	10	674	565
Imobilizado	11	50.848	50.375	Outras obrigações		4.082	2.384
Intangível	11	11.966	11.527	Total do passivo não circulante		<u>434.566</u>	<u>90.964</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.458.246</u>	<u>1.366.897</u>				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	17.a	409.783	404.261
				Reservas de capital		144.946	142.993
				Reservas de lucros		256.316	253.693
				Ações em tesouraria	17.c	(14)	(14)
				Dividendo adicional proposto	17.b	-	357.611
				Lucros acumulados		332.267	-
				Outros resultados abrangentes		(20.044)	(18.723)
				Total do patrimônio líquido		<u>1.123.254</u>	<u>1.139.821</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>2.284.076</b></u>	<u><b>2.278.480</b></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>2.284.076</b></u>	<u><b>2.278.480</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis condensadas.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS DO RESULTADO  
PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do trimestre/semestre por ação)

	Nota explicativa	01/04 a 30/06/2010	01/04 a 30/06/2009 (Reapresentada)	01/01 a 30/06/2010	01/01 a 30/06/2009 (Reapresentada)
<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	1.369.166	1.118.181	2.465.401	2.016.959
Custo dos produtos vendidos		(578.533)	(459.354)	(1.036.838)	(845.547)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>790.634</b>	<b>658.827</b>	<b>1.428.564</b>	<b>1.171.412</b>
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>					
Com vendas		(331.564)	(194.183)	(608.832)	(426.999)
Administrativas e gerais		(180.773)	(243.137)	(316.904)	(356.839)
Remuneração dos administradores	16	(3.486)	(4.377)	(6.848)	(7.537)
Resultado de equivalência patrimonial	10	11.385	(10.243)	1.348	(21.139)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(132)	742	(1.118)	933
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>		<b>286.064</b>	<b>207.629</b>	<b>496.210</b>	<b>359.831</b>
Receitas financeiras	21	4.261	21.649	23.294	46.410
Despesas financeiras	21	(15.570)	(32.772)	(38.867)	(48.789)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>274.755</b>	<b>196.506</b>	<b>480.637</b>	<b>357.452</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7.b	(95.384)	(41.106)	(142.307)	(61.329)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7.a	12.125	12.824	(5.278)	10.848
<b>LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE/SEMESTRE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		<b>191.496</b>	<b>168.224</b>	<b>333.052</b>	<b>306.971</b>
Atribuível a:					
Acionistas da Sociedade		191.496	168.224	333.052	306.971
Não controladores		-	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE/SEMESTRE POR AÇÃO - R\$</b>		<b>0,4447</b>	<b>0,3912</b>	<b>0,7735</b>	<b>0,7138</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis condensadas.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	Nota <u>explicativa</u>	01/04 a <u>30/06/2010</u>	01/04 a <u>30/06/2009</u>	01/01 a <u>30/06/2010</u>	01/01 a <u>30/06/2009</u>
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		191.496	168.224	333.052	306.971
Outros resultados abrangentes-					
Perdas na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	10	<u>(2.360)</u>	<u>(9.188)</u>	<u>(1.320)</u>	<u>(12.707)</u>
Total do resultado abrangente		<u>189.136</u>	<u>159.036</u>	<u>331.732</u>	<u>294.264</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:					
Acionistas da Sociedade		189.136	159.036	331.732	294.264
Não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis condensadas.

---

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

Nota explicativa	Reservas de capital											Patrimônio líquido dos acionistas controladores
	Capital social	Ágio na emissão/venda de ações	Reserva de		Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	
			incentivo fiscal	Subvenção para investimentos	Capital adicional integralizado	Legal	Incentivos fiscais					
<b>SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2009</b>												
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 - CONFORME A LEI Nº 11.638/07 E MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449/08 (AJUSTADOS PELA ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS EM 2009)												
	391.423	101.853	17.378	19.423	18.650	1.816	155.018	(369)	311.680	(7.924)	5.161	1.014.109
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	306.971	-	306.971
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.707)	(12.707)
Total do resultado abrangente do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	306.971	(12.707)	294.264
Dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2008 aprovados na AGO de 23 de março de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	(311.680)	-	-	(311.680)
Aumento de capital por subscrição de ações	17.a	9.743	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.743
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	(7.924)	-	-	7.924	-	-
Movimentação dos planos de opção de compra de ações:												
Outorga de opções de compra	18	-	-	1.527	-	-	-	-	-	-	-	1.527
Exercício de opções de compra	18	-	1.871	(1.871)	-	-	-	339	-	-	-	339
Antecipação de dividendos - R\$0,50 por ação		-	-	-	-	-	-	-	-	(215.152)	-	(215.152)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 - CONFORME A LEI Nº 11.638/07 E MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449/08 (COM A ADOÇÃO ANTECIPADA DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EDITADOS EM 2009)												
	<u>401.166</u>	<u>103.724</u>	<u>17.378</u>	<u>19.079</u>	<u>18.650</u>	<u>1.816</u>	<u>147.094</u>	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>91.819</u>	<u>(7.546)</u>	<u>793.150</u>
<b>SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2010</b>												
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 - CONFORME A LEI Nº 11.638/07 E MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449/08 (COM A ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EDITADOS EM 2009)												
	404.261	103.620	17.378	21.995	18.650	4.961	230.082	(14)	357.611	-	(18.723)	1.139.821
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333.052	-	333.052
Outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.320)	(1.320)
Total do resultado abrangente do semestre		-	-	-	-	-	-	-	-	333.052	(1.320)	331.732
Aumento de capital por subscrição de ações	17.a	5.522	-	-	-	-	5.522	-	-	-	-	5.522
Movimentação dos planos de opção de compra de ações:												
Outorga de opções de compra	18	-	-	3.791	-	-	-	-	-	-	-	3.791
Exercício de opções de compra	18	-	-	(1.838)	-	-	-	-	-	1.838	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2009 aprovados na AGO de 6 de abril de 2010		-	-	-	-	-	-	-	(357.611)	-	-	(357.611)
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	2.623	-	-	-	(2.623)	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 - CONFORME A LEI Nº 11.638/07 E MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449/08 (COM A ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EDITADOS EM 2009)												
	<u>409.783</u>	<u>103.620</u>	<u>17.378</u>	<u>23.948</u>	<u>18.650</u>	<u>7.584</u>	<u>230.082</u>	<u>(14)</u>	<u>-</u>	<u>332.267</u>	<u>(20.043)</u>	<u>1.123.254</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis condensadas.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2010	30/06/2009 (Reapresentada)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do semestre das operações continuadas		333.052	306.971
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre das operações continuadas ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	11	7.783	6.439
Provisão decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"		(8.192)	10.833
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	(3.262)	6.300
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.a	5.278	(10.848)
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível		1.281	917
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.348)	21.139
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e outros passivos		(2.265)	(9.760)
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações		1.296	918
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	3.676	1.956
Provisão para perdas na realização dos estoques	5	3.839	590
Subtotal		<u>341.137</u>	<u>335.455</u>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS</b>			
Circulante:			
Contas a receber de clientes		24.023	95.825
Estoques		(17.516)	(38.164)
Impostos a recuperar		57.093	-
Outros ativos		(2.744)	2.638
Não circulante:			
Depósitos judiciais		(45.159)	(4.571)
Impostos a recuperar		(43.730)	(15.526)
Outros ativos		(1.139)	(17)
Subtotal		<u>(29.172)</u>	<u>40.185</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS</b>			
Circulante:			
Fornecedores nacionais e estrangeiros		(4.583)	(80.694)
Salários, participações nos resultados e encargos sociais		(7.515)	(6.918)
Obrigações tributárias		177.838	21.611
Outros passivos		(26.429)	(2.176)
Não circulante:			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	(2.250)	-
Outros passivos		1.807	(16.555)
Subtotal		<u>138.868</u>	<u>(84.732)</u>
<b>OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(65.370)	(49.711)
Recebimentos de recursos por liquidação de operações com derivativos		2.123	9.459
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos		(15.713)	(3.608)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<u>371.873</u>	<u>247.048</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Adições de imobilizado e intangível	11	(11.454)	(12.195)
Recebimentos pela venda de imobilizado e intangível		1.478	-
Recebimentos de dividendos de controladas	10	30.000	-
Investimentos	10	(50.749)	(101.975)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<u>(30.725)</u>	<u>(114.170)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal		(443.268)	(157.317)
Captações de empréstimos e financiamentos		419.242	240.345
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(357.611)	(303.076)
Aumento de capital por subscrição de ações	17.a	5.522	9.743
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<u>(376.115)</u>	<u>(210.305)</u>
<b>REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(34.967)</u>	<u>(77.427)</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		254.463	87.513
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		219.496	10.086
<b>REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(34.967)</u>	<u>(77.427)</u>
Informação adicional às demonstrações dos fluxos de caixa-			
Limites de contas garantidas sem utilização		<u>197.320</u>	<u>197.320</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis condensadas.

## NATURA COSMÉTICOS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR INDIVIDUAIS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Natura Cosméticos S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA.

Suas atividades compreendem o desenvolvimento, a industrialização, a distribuição e a comercialização, substancialmente por meio de vendas diretas realizadas pelos(as) Consultores(as) Natura, de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, bem como a participação como sócia ou acionista em outras sociedades no Brasil e no exterior.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As Informações Trimestrais - ITR individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, incluindo os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicadas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, divulgadas em 24 de fevereiro de 2010.

As Informações Trimestrais - ITR individuais estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 21 - Demonstrações Intermediárias. Estas Informações, que estão sendo apresentadas de forma condensada, não incluem todos os requerimentos de apresentação e divulgação aplicáveis às demonstrações contábeis anuais e, dessa forma, estas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Adicionalmente, em atendimento ao disposto no artigo 3º da Deliberação CVM nº 603/09, a Sociedade adotou antecipadamente, para a elaboração de suas demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações a elas aplicáveis, emitidos pelo CPC em 2009. Portanto, na elaboração das Informações Trimestrais - ITR individuais referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010 e de forma retroativa às Informações Trimestrais - ITR individuais referentes ao trimestre comparativo de 30 de junho de 2009, esses Pronunciamentos, Interpretações e Orientações foram aplicados consistentemente às demonstrações contábeis anuais.



Os efeitos da aplicação retroativa de tais práticas sobre o resultado do semestre findo em 30 de junho de 2009, classificados na rubrica “Lucros (prejuízos) acumulados” no patrimônio líquido, apurados anteriormente, sem aplicação desses novos Pronunciamentos, são como segue:

Conforme prática contábil - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 (sem a adoção dos novos Pronunciamentos CPCs emitidos em 2009)	<u>309.473</u>
Ajustes por adoção inicial dos novos Pronunciamentos CPCs emitidos em 2009:	
Eliminação de lucros não realizados nos estoques (b)	(2.341)
Equivalência patrimonial (a)	<u>(161)</u>
Total dos ajustes, líquido dos efeitos tributários	<u>(2.502)</u>
Conforme prática contábil - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 (com a adoção dos novos Pronunciamentos CPCs emitidos em 2009)	<u>306.971</u>

(a) Refere-se aos ajustes, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das alterações das práticas contábeis, trazidos por equivalência patrimonial da controlada direta Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. referentes aos juros de empréstimos capitalizados sobre ativos qualificáveis conforme o CPC 20 - Custos de Empréstimos e ao custo do ajuste de correção monetária do imobilizado do período hiperinflacionário conforme o CPC 37 - Adoção Inicial das IFRSs.

(b) Valores registrados líquidos dos efeitos tributários e aqui eliminados somente na controladora, haja vista que, para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, a Sociedade já adotava como prática eliminar tais lucros não realizados.

As descrições de todas as alterações decorrentes da adoção antecipada dos Pronunciamentos, das Interpretações e das Orientações técnicas emitidos em 2009 estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, divulgadas em 24 de fevereiro de 2010.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e para perdas relacionadas a contas a receber e estoques, e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Caixa e bancos	2.736	12.010
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs pós- fixados	<u>216.760</u>	<u>242.453</u>
	<u>219.496</u>	<u>254.463</u>

Em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 os CDBs são remunerados por taxas que variam entre 100,0% e 103,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Os CDBs são classificados pela Administração da Sociedade na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Contas a receber de clientes	438.280	462.303
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(51.334)</u>	<u>(47.658)</u>
	<u>386.946</u>	<u>414.645</u>

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
A vencer	305.415	355.402
Vencidos:		
Até 30 dias	90.101	73.330
De 31 a 60 dias	14.132	9.757
De 61 a 90 dias	7.144	6.655
De 91 a 180 dias	<u>21.488</u>	<u>17.159</u>
	<u>438.280</u>	<u>462.303</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o semestre findo em 30 de junho de 2010 está assim representada:

<u>Saldo em</u> <u>12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões e baixas (*)</u>	<u>Saldo em</u> <u>06/2010</u>
<u>(47.658)</u>	<u>(7.001)</u>	<u>3.325</u>	<u>(51.334)</u>

(\*) Compostas por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não-recebimento.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do título, os valores creditados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado.

A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento. A Sociedade não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

5. ESTOQUES

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Produtos acabados	129.027	95.202
Material promocional	6.910	5.634
Provisão para perdas na realização dos estoques	<u>(10.337)</u>	<u>(6.498)</u>
	<u>125.600</u>	<u>94.338</u>

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o semestre findo em 30 de junho de 2010 está assim representada:

<u>Saldo em</u> <u>12/2009</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>Baixas (b)</u>	<u>Saldo em</u> <u>06/2010</u>
<u>(6.498)</u>	<u>(5.900)</u>	<u>2.061</u>	<u>(10.337)</u>

(a) Referem-se basicamente à constituição de provisão para perdas por descontinuidade, validade e qualidade, conforme a real necessidade para cobrir as perdas esperadas na realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Sociedade.

(b) Compostas pelas baixas dos produtos descartados pela Sociedade.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - SP (*)	76.119	89.767
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - RS	21.499	20.967
ICMS - ST - SC	476	3.335
ICMS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	3.025	3.836
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de insumos	11.273	8.448
IRRF a compensar	25	-
Outros	<u>1.677</u>	<u>1.104</u>
	<u>114.094</u>	<u>127.457</u>
Circulante	36.667	93.760
Não circulante	<u>77.427</u>	<u>33.697</u>

(\*) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária - ICMS - ST que vem sendo mensalmente destacado e retido nas operações de venda realizadas pela Sociedade, com mercadorias destinadas a clientes localizados em outras Unidades Federativas (Estados e Distrito Federal) que não o Estado de São Paulo, conforme legislação fiscal do Estado de São Paulo, vigente desde fevereiro de 2008.

Conforme Regime Especial obtido pela Sociedade perante a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SeFaz - SP em janeiro de 2009, da apuração, mensal de ICMS da Sociedade, desde o mês de apuração, base fevereiro de 2008, é possível compensar o montante equivalente a 75% de ICMS - ST apurado no mês, decorrente de operações subsequentes não realizadas no Estado de São Paulo. O saldo remanescente de ICMS - ST a recuperar, no montante de 25%, somente será aproveitado pela Sociedade após averiguação administrativa por parte da autoridade fiscal.

O referido Regime Especial encontrava-se suspenso pelas autoridades fiscais desde abril de 2009, para validação da documentação referente às obrigações acessórias exigidas pelo Regime Especial e pela Portaria CAT nº 17/99. Em 30 de junho de 2010, a Sociedade já havia cumprido todas as exigências relacionadas às documentações solicitadas pelas autoridades fiscais.

Os créditos a ressarcir possuem a seguinte composição, detalhada por período de apuração:

Período de apuração	06/2010			12/2009		
	Parcela de 75%	Parcela de 25% (i)	Total	Parcela de 75%	Parcela de 25% (i)	Total
Fevereiro a março de 2008	-	4.762	4.762	-	506	506
Abril a junho de 2008	-	8.885	8.885	-	2.603	2.603
Julho a setembro de 2008	-	7.275	7.275	-	3.906	3.906
Outubro a dezembro de 2008	-	7.888	7.888	-	5.479	5.479
Janeiro a março de 2009	-	6.054	6.054	-	3.774	3.774
Abril a junho de 2009	-	6.506	6.506	12.314	4.105	16.419
Julho a setembro de 2009	-	7.666	7.666	15.005	5.002	20.007
Outubro a dezembro de 2009	-	7.170	7.170	15.090	5.030	20.120
Janeiro a março de 2010	-	7.754	7.754	-	-	-
Abril a junho de 2010	<u>5.965</u>	<u>10.287</u>	<u>16.252</u>	-	-	-
Subtotal	<u>5.965</u>	<u>74.247</u>	<u>80.212</u>	<u>42.409</u>	<u>30.405</u>	<u>72.814</u>
Créditos compensados antecipadamente (ii)	(4.093)	-	(4.093)	-	-	-
Créditos registrados através do processo de denúncia espontânea (apurados entre fevereiro e maio de 2008)	-	-	-	-	-	<u>16.953</u>
Total de créditos ICMS - ST - SP	<u>1.872</u>	<u>74.247</u>	<u>76.119</u>	<u>42.409</u>	<u>30.405</u>	<u>89.767</u>

(i) Classificada no ativo não circulante.

(ii) Créditos compensados em virtude da alteração de critério na metodologia de compensação adotada pela SeFaz - SP.

Durante o segundo trimestre de 2010, a Sociedade obteve autorização da SeFaz - SP para ressarcir o montante de R\$55.141 relativo à parcela de 75% do ICMS - ST sobre as vendas para fora do Estado de São Paulo, do período de março de 2009 a maio de 2010. O saldo em questão foi compensado pela Sociedade no segundo trimestre de 2010.

Adicionalmente, a SeFaz - SP alterou a metodologia para o cálculo da segregação entre as parcelas de 75% e 25%, fato que gerou uma transferência do montante de R\$30.269, correspondente à parcela de 75%, para a parcela de 25%.

O ressarcimento do montante relacionado à parcela de 25% dos créditos de ICMS - ST depende de homologação da Autoridade Fazendária Estadual e está registrado no ativo não circulante devido à ausência de uma estimativa razoável de tempo para que seja concluída a referida averiguação fiscal.

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os valores são demonstrados a seguir:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 4)	17.454	16.204
Provisão para perdas na realização dos estoques (nota explicativa nº 5)	3.515	2.209
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 15)	18.349	20.224
Ajuste de corte no reconhecimento das receitas de venda	6.700	6.581
Não-inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (nota explicativa nº 14)	552	534
Provisão para perdas em contratos de “swap” e “forward” (nota explicativa nº 20)	272	2.335
Provisão para ICMS - ST - Paraná, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul (nota explicativa nº 14)	10.993	10.970
Provisão para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	4.922	4.483
Provisão para “royalties” e parcerias a pagar	7.054	4.553
Passivo atuarial - plano de assistência médica	1.388	811
Provisão para obrigações contratuais	-	733
Provisão para participação nos resultados	886	1.761
Outras diferenças temporárias	<u>5.589</u>	<u>11.554</u>
	<u>77.674</u>	<u>82.952</u>

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos para o semestre findo em 30 de junho de 2010 é demonstrada como segue:

	<u>12/2009</u>	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	<u>06/2010</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.204	1.250	17.454
Provisão para perdas na realização dos estoques	2.209	1.306	3.515
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.224	(1.875)	18.349
Ajuste de corte no reconhecimento das receitas de venda	6.581	119	6.700
Não-inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	534	18	552
Provisão para perdas em contratos de “swap” e “forward”	2.335	(2.063)	272
Provisão para ICMS - ST - Paraná, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul	10.970	23	10.993
Provisão para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	4.483	439	4.922
Provisão para “royalties” e parcerias a pagar	4.553	2.501	7.054
Passivo atuarial - plano de assistência médica	811	577	1.388
Provisão para obrigações contratuais	733	(733)	-
Provisão para participação nos resultados	1.761	(875)	886
Outras diferenças temporárias	<u>11.554</u>	<u>(5.965)</u>	<u>5.589</u>
	<u>82.952</u>	<u>(5.278)</u>	<u>77.674</u>

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

Os créditos tributários possuem prazos estimados de realização conforme demonstrado a seguir:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
2010 e 2011	64.761	68.574
2012	6.665	7.421
2013 em diante	<u>6.248</u>	<u>6.957</u>
	<u>77.674</u>	<u>82.952</u>

b) Correntes

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	<u>06/2010</u>	<u>06/2009</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	480.637	357.452
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(163.417)	(121.533)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05 (*)	8.866	4.506
Incentivos fiscais - doações	2.600	645
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 10)	458	(7.187)
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	6.197	19.538
Regime Tributário de Transição - RTT (Medida Provisória nº 449/08) - ajustes da Lei nº 11.638/07:		
Aproveitamento fiscal do ágio	-	44.385
Demais ajustes da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	792	(707)
Outras diferenças permanentes	<u>(3.081)</u>	<u>9.872</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(147.585)</u>	<u>(50.481)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(142.307)	(61.329)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>(5.278)</u>	<u>10.848</u>
Taxa efetiva - %	<u>30,7</u>	<u>14,1</u>

(\*) Refere-se ao benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.

8. PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Ativo circulante:		
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (a)	9.102	12.171
Natura Logística e Serviços Ltda. (b)	<u>11.687</u>	<u>14.586</u>
	<u>20.789</u>	<u>26.757</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital-		
Flora Medicinal J. Monteiro da Silva Ltda.	<u>-</u>	<u>90</u>
	<u>-</u>	<u>90</u>

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Passivo circulante-		
Fornecedores:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	124.625	153.509
Natura Logística e Serviços Ltda. (d)	27.618	27.627
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (e)	<u>22.068</u>	<u>30.455</u>
	<u>174.311</u>	<u>211.591</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	<u>163</u>	<u>174</u>

- (a) Refere-se a adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.
- (b) Refere-se a adiantamentos concedidos para a prestação de serviços logísticos e administrativos em geral.
- (c) Valores a pagar pela compra de produtos.
- (d) Contas a pagar pela prestação de serviços logísticos e administrativos em geral.
- (e) Contas a pagar pela prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.

#### Outras transações com partes relacionadas

Em maio de 2010, a Sociedade firmou um contrato de patrocínio para a produção de uma obra audiovisual (filme de longa-metragem) com uma produtora associada, Imaginação Filmes Ltda. Essa empresa possui como sócia a esposa do Sr. Antonio Luiz da Cunha Seabra (acionista pertencente ao grupo de controle da Sociedade). O patrocínio refere-se à produção do filme de longa-metragem, no valor total de R\$4.000, sendo a Sociedade a patrocinadora majoritária do projeto cinematográfico. Como contrapartida, a Sociedade terá direitos de divulgação de sua marca e realização das ações de comunicação sobre o referido filme. O lançamento está previsto para entre o segundo semestre de 2012 e o primeiro semestre de 2013. No primeiro semestre de 2010, a Sociedade já havia contribuído com R\$1.000 para o patrocínio do filme.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Sociedade e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 estão assim representados:



	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
ICMS - ST (*)	37.343	29.162
ICMS - ST exigibilidade suspensa (*) (nota explicativa nº 14.(b))	142.901	110.640
Processos tributários sem provisão	29.589	25.581
Processos tributários provisionados (nota explicativa nº 15)	17.498	17.039
Processos cíveis sem provisão	312	313
Processos cíveis provisionados (nota explicativa nº 15)	246	231
Processos trabalhistas sem provisão	3.230	2.994
Processos trabalhistas provisionados (nota explicativa nº 15)	<u>1.696</u>	<u>1.696</u>
	<u>232.815</u>	<u>187.656</u>

(\*) Corresponde à ação declaratória de ICMS - ST do Estado do Paraná, do Distrito Federal e do Mato Grosso do Sul conforme mencionado nas notas explicativas nº 14.(b) e nº 15 - “Contingências passivas - risco possível”, item (a).

#### 10. INVESTIMENTOS

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Investimentos em controladas	<u>1.006.516</u>	<u>1.000.600</u>

Informações e movimentação dos saldos para o semestre findo em 30 de junho de 2010

	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	Natura Cosméticos S.A. - Chile	Natura Cosméticos S.A. - Peru	Natura Cosméticos S.A. - Argentina	Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	Flora Medicinal J. Monteiro da Silva Ltda.	Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (*)	Natura Cosméticos de México S.A. (*)	Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	Natura (Brasil) International B.V. - Holanda (*)	Natura Cosméticos Espana S.L.	Total
Capital social	526.155	88.248	5.494	82.315	6.438	33.623	5.008	110.498	31.665	55.654	9	945.107
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,94%	99,97%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	100,00%	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas	882.570	21.779	4.020	37.706	(1.348)	(674)	34.730	27.596	9.770	9.560	60	1.025.769
Participação no patrimônio líquido	882.482	21.777	4.018	37.695	(1.348)	(674)	34.727	27.593	9.769	9.560	60	1.025.659
Lucro líquido (prejuízo) do semestre das controladas, líquido dos efeitos de conversão	42.554	(3.047)	603	(12.631)	(2.258)	(230)	1.364	(8.810)	(5.918)	(10.277)	-	1.341
<u>Valor contábil dos investimentos</u>												
Saldos em 31 de dezembro 2009	836.851	24.074	3.769	30.908	511	-	61.713	25.315	6.535	10.864	60	1.000.600
Resultado de equivalência patrimonial	42.550	(3.047)	603	(12.631)	(2.258)	(230)	1.364	(8.809)	(5.917)	(10.277)	-	1.348
Variação cambial e outros ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	-	(630)	(354)	31	134	-	-	1.257	(196)	(1.563)	-	(1.320)
Contribuição da controladora para planos de opções de ações concedidos a executivos de controladas e outras reservas	635	-	-	-	-	-	1.650	-	-	-	-	2.285
Reclassificação de lucros não eliminados nos estoques	(17.146)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.146)
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(30.000)	-	-	-	-	(30.000)
Aumentos de capital	-	1.380	-	19.391	265	-	-	9.830	9.347	10.536	-	50.749
Saldos em 30 de junho de 2010	<u>862.890</u>	<u>21.777</u>	<u>4.018</u>	<u>37.700</u>	<u>(1.348)</u>	<u>(230)</u>	<u>34.727</u>	<u>27.593</u>	<u>9.769</u>	<u>9.560</u>	<u>60</u>	<u>1.006.516</u>
<u>Provisão para perdas</u>												
Saldos em 31 de dezembro 2009	-	-	-	-	-	(565)	-	-	-	-	-	(564)
Incorporação de AFAC	-	-	-	-	-	121	-	-	-	-	-	120
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	(230)	-	-	-	-	-	(230)
Saldos em 30 de junho de 2010	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(674)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(674)</u>

(\*) Informações consolidadas das seguintes empresas:

Natura Cosméticos - México: Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.; Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.; e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.

Natura Europa SAS: Natura (Brasil) International B.V. (Holanda), Natura Brasil Inc. (EUA - Delaware), Natura International Inc. (EUA - Nova York), Natura International Inc. (EUA - Nevada), Natura Worldwide Trading Company (Costa Rica), Natura Europa SAS (França) e Natura Brasil SAS (França).

Natura (Brasil) International B.V. - Holanda: Natura Europa SAS - França e Natura Cosmetics USA Co.

## 11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

IMOBILIZADO	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	06/2010			12/2009		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Veículos	29	31.289	(17.201)	14.088	31.358	(13.259)	18.099
Benfeitorias em propriedade de terceiros (*)	9	20.749	(6.519)	14.230	19.246	(5.627)	13.619
Máquinas e equipamentos	9	15.225	(2.540)	12.685	13.478	(2.039)	11.439
Móveis e utensílios	9	6.179	(2.892)	3.287	5.676	(2.479)	3.197
Equipamentos de informática	19	7.146	(4.770)	2.376	6.507	(4.337)	2.170
Projetos em andamento	-	85	-	85	1.212	-	1.212
Adiantamentos a fornecedores	-	4.097	-	4.097	639	-	639
		<u>84.770</u>	<u>(33.922)</u>	<u>50.848</u>	<u>78.116</u>	<u>(27.741)</u>	<u>50.375</u>

INTANGÍVEL	Taxa média ponderada anual de amortização - %	06/2010			12/2009		
		Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual
Softwares	19	<u>21.121</u>	<u>(9.155)</u>	<u>11.966</u>	<u>19.441</u>	<u>(7.914)</u>	<u>11.527</u>

(\*) As taxas de depreciação consideram os prazos médios de aluguel dos imóveis arrendados.

Informações adicionais sobre o imobilizado

Para 30 de junho de 2010 não houve alteração significativa na composição nem nos saldos dos bens do imobilizado paralisados e dados em garantia em operações de empréstimos e financiamentos bancários, tampouco arrolados em defesa de processos judiciais em relação aos saldos de 31 de dezembro de 2009, conforme divulgado na nota explicativa nº 13 às demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, divulgadas em 24 de fevereiro de 2010.

Mutações do imobilizado

	06/2010	12/2009
Saldos no início do semestre/exercício	<u>50.375</u>	<u>37.865</u>
Adições (líquidas das transferências de projetos em andamento encerrados):		
Máquinas e equipamentos	1.748	5.061
Projetos em andamento/adiantamentos a fornecedores	5.980	7.787
Veículos	1.766	11.094
Equipamentos de informática	32	980
Móveis e utensílios	177	432
Outros	<u>71</u>	<u>627</u>
	9.774	25.981
(-) Baixas líquidas	(2.759)	(3.552)
(-) Depreciação	<u>(6.542)</u>	<u>(9.919)</u>
Saldos no fim do semestre/exercício	<u>50.848</u>	<u>50.375</u>

Mutações do intangível

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Saldos no início do semestre/exercício	<u>11.527</u>	9.008
Adições-		
Softwares (inclui gastos com implementação)	1.681	4.587
(-) Baixas e outros, líquidos	-	(69)
(-) Amortização	<u>(1.242)</u>	<u>(1.999)</u>
Saldos no fim do semestre/exercício	<u>11.966</u>	<u>11.527</u>

A Sociedade efetuou a primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e intangível, normatizada pelo ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento, com efeitos registrados a partir de 1º de janeiro de 2010. Como consequência da revisão dessa estimativa contábil que visou realinhar o prazo de vida útil remanescente dos bens e, conseqüentemente, a depreciação remanescente ao período de vida residual dos bens, foi registrado um impacto a crédito no resultado da depreciação do primeiro semestre de 2010, na comparação com a depreciação registrada no período anterior, no montante de R\$222.

12. INTANGÍVEL - ÁGIO NA INCORPORAÇÃO DE AÇÕES

Em 5 de março de 2004, a Sociedade incorporou a empresa Natura Participações S.A., que possuía ágio sobre o investimento mantido na então controlada Natura Empreendimentos S.A., no montante de R\$1.028.041, e correspondente provisão para preservação da distribuição de dividendos futuros no mesmo valor. Esse ágio foi gerado pela incorporação das ações da Natura Empreendimentos S.A. na Natura Participações S.A. em 27 de dezembro de 2000. A referida operação de incorporação das ações foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas realizada naquela data, e os valores estão fundamentados por laudo de avaliação econômica emitido por peritos independentes.

Os valores estão demonstrados como segue:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Ágio	318.203	318.203
Provisão para preservação da distribuição de dividendos futuros	<u>(318.203)</u>	<u>(318.203)</u>
	=====	=====

A provisão para preservação da distribuição de dividendos futuros, por corresponder ao valor integral do ágio gerado, tem como objetivo a distribuição do benefício fiscal da amortização do ágio a todos os acionistas.

Considerando as alterações contábeis promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo do ágio existente em 31 de dezembro de 2008 deixou de ser amortizado, bem como a provisão para preservação da distribuição de dividendos futuros correspondente ao seu valor integral também deixou de ser revertida contabilmente. Nesse sentido, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2009, o benefício fiscal do ágio passou a ser aproveitado nas apurações mensais do imposto de renda e da contribuição social com base no RTT, conforme disposições previstas na Medida Provisória nº 449/08, cujos efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 7.b).

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>	<u>Referência</u>
<u>Moeda local</u>			
Notas promissórias	-	350.856	
Debêntures	351.928	-	A
BNDES (a)	26.174	29.549	B
Conta garantida	-	180	
Total em moeda local	<u>378.102</u>	<u>380.585</u>	
<u>Moeda estrangeira</u>			
BNDES (a)	3.009	2.922	B
Resolução nº 4.131 (a)	72.182	-	C
Resolução nº 2.770 (a)	-	111.791	D
Total em moeda estrangeira	<u>75.191</u>	<u>114.712</u>	
Total geral	<u>453.293</u>	<u>495.297</u>	
Circulante	81.744	469.590	
Não circulante	<u>371.549</u>	<u>25.707</u>	

Natura Cosméticos S.A.

<u>Referência</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Garantias</u>
A	Real	Maio de 2013	Juros de 108% do CDI (c)	Não há
B	Real	Janeiro de 2016	(i) TJLP (b) + juros de 2,8% a.a. para 85% da dívida; (ii) variação cambial (dólar) + juros de 8,54% a.a. para 9% da dívida; e (iii) TJLP (b) + juros de 2,3% a.a. para 6% da dívida	Carta de fiança bancária
C	Dólar	Julho de 2010	Juros de 0,75% a.a. + variação cambial	Não há
D	Yen	Janeiro de 2010	Variação cambial + 2,11% a.a.	Aval da Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.

(a) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados derivativos do tipo “swap” para CDI.

(b) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo.

(c) CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
2011	3.289	6.657
2012	6.579	6.657
2013	355.621	6.657
2014	4.486	4.470
2015 em diante	<u>1.574</u>	<u>1.266</u>
	<u>371.549</u>	<u>25.707</u>

a) Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Debêntures simples não conversíveis

Em 31 de maio de 2010, a Sociedade finalizou o processo de oferta de debêntures simples não conversíveis em ações, no montante de R\$350.000, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, com vencimento integral previsto para 26 de maio de 2013. Os recursos captados com a oferta foram destinados ao alongamento do prazo médio das dívidas da Sociedade com o pagamento integral da dívida representado pelas notas promissórias emitidas em dezembro de 2009.

O saldo a pagar das debêntures está registrado líquido dos custos incorridos para sua emissão, conforme demonstrado a seguir:

	<u>06/2010</u>
<u>Circulante</u>	
Debêntures	3.387
Custos de emissão	<u>(501)</u>
Total circulante	<u>2.886</u>
<u>Não circulante</u>	
Debêntures	350.000
Custos de emissão	<u>(958)</u>
Total não circulante	349.042
Total	<u>351.928</u>

Os custos de emissão das debêntures serão apropriados ao resultado de acordo com o prazo de vigência da operação, conforme demonstrado a seguir:

	<u>R\$</u>
2010	250
2011	500
2012	500
2013	<u>209</u>
Total	<u>1.459</u>

Demais contratos

Para a descrição completa dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, vide nota explicativa nº 14, item a) às demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, divulgadas em 24 de fevereiro de 2010.

b) Cláusulas restritivas de contratos

Em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade não contêm cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Sociedade.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
ICMS ordinário e ST a pagar (b)	178.701	150.095
PIS/COFINS a pagar (medida liminar) (a)	1.622	1.570
IRPJ e CSLL a pagar (d)	93.591	15.520
IRPJ e CSLL (medida liminar) (c)	22.904	13.624
IRRF	3.438	5.436
PIS/COFINS/CSLL retidos na fonte a recolher	2.769	4.100
Outras	<u>63</u>	<u>275</u>
	<u>303.088</u>	<u>190.620</u>
Depósitos judiciais (b) (nota explicativa nº 9)	<u>(142.901)</u>	<u>(110.640)</u>

(a) A Sociedade discute judicialmente a não-inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Em junho de 2007, a Sociedade obteve autorização judicial para efetuar o pagamento das contribuições para PIS e COFINS sem a inclusão do ICMS em suas bases de cálculo, a partir da apuração de abril de 2007. Os saldos registrados em 30 de junho de 2010 referem-se aos valores não pagos de PIS e COFINS apurados entre abril de 2007 e junho de 2010, cuja exigibilidade está integralmente suspensa, os quais estão acrescidos de atualização pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Parte do saldo, no montante atualizado de R\$1.622, encontra-se depositada judicialmente.

(b) Em 30 de junho de 2010, do saldo total registrado, os montantes de R\$114.380, R\$23.840 e R\$4.681 referem-se ao ICMS - ST do Estado do Paraná, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, respectivamente (R\$95.834, R\$14.806 ao ICMS - ST do Estado do Paraná e do Distrito Federal, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009), que estão sendo discutidos judicialmente pela Sociedade, conforme também mencionado na nota explicativa nº 15 - "Contingências passivas - risco possível", itens (a) e (b). A Sociedade vem efetuando depósitos judiciais mensais com relação aos montantes não recolhidos.



- (c) Em 4 de fevereiro de 2009, a Sociedade obteve medida liminar posteriormente confirmada por sentença que suspendeu a exigibilidade do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre quaisquer valores recebidos a título de juros de mora, pagos pelo atraso no cumprimento de obrigações contratuais das operações com vendas para os(as) Consultores(as) Natura. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal. Os saldos registrados em 30 de junho de 2010 referem-se aos valores não pagos apurados entre março de 2009 e junho de 2010, cuja exigibilidade está integralmente suspensa, os quais estão acrescidos de atualização pela taxa SELIC.
- (d) O ágio na incorporação de ações da Natura Participações S.A. e Natura Empreendimentos S.A. foi totalmente amortizado para fins fiscais até o encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009, fazendo com que, para o semestre findo em 30 de junho de 2010, a despesa de imposto de renda e contribuição social e, conseqüentemente, o saldo a pagar referentes a esses tributos registrassem um aumento de R\$12.483 na comparação com o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2009.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2010, para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, a Sociedade passou a adotar a sistemática de apuração do lucro real trimestral, ante a sistemática anual adotada até 31 de dezembro de 2009, fato que também contribuiu para o aumento registrado nos saldos de IRPJ e CSLL a pagar para 30 de junho de 2010, devido à concentração de pagamentos no mês subsequente ao trimestre de apuração.

## 15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Sociedade é parte em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos de natureza tributária. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir as eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Tributários	38.159	41.856
Cíveis	6.688	8.469
Trabalhistas	<u>13.414</u>	<u>13.448</u>
	<u>58.261</u>	<u>63.773</u>
Circulante	-	1.465
Não circulante	<u>58.261</u>	<u>62.308</u>

### Riscos tributários

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

Movimentação entre 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009

	<u>12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>06/2010</u>
Multas moratórias sobre tributos					
federais recolhidos em atraso (a)	1.024	-	(72)	22	974
Correção UFIR sobre tributos federais (IRPJ/CSLL/ILL) (b)	5.181	-	-	217	5.398
IPI - execução fiscal (c)	4.952	-	(4.970)	18	-
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (d)	2.743	-	-	59	2.802
Auto de infração IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (e)	5.799	-	-	86	5.885
Honorários advocatícios e outros (f)	11.664	2.032	(1.624)	348	12.420
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (h)	7.295	-	-	122	7.417
Auto de infração IRPJ 1990 (g)	<u>3.198</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65</u>	<u>3.263</u>
Risco tributário total provisionado	<u>41.856</u>	<u>2.032</u>	<u>(6.666)</u>	<u>937</u>	<u>38.159</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 9)	<u>(17.039)</u>	<u>-</u>	<u>560</u>	<u>(1.019)</u>	<u>(17.498)</u>

- (a) Refere-se à incidência de multa moratória no recolhimento em atraso de tributos federais.
- (b) Refere-se à incidência da correção monetária pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR dos tributos federais (IRPJ/CSLL/ILL) do ano 1991, discutida em mandado de segurança. O valor envolvido nesse processo encontra-se depositado judicialmente. Em 26 de fevereiro de 2010, para aproveitamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.941/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a Sociedade protocolou petição desistindo da respectiva ação.
- (c) Refere-se à execução fiscal por meio da qual se pretende cobrar o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI referente ao mês de julho de 1989, quando da equiparação dos estabelecimentos comerciais atacadistas a estabelecimento industrial pela Lei nº 7.798/89. O processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP), para julgamento do recurso de apelação da executada. Os valores envolvidos nessa execução fiscal encontram-se garantidos através de bloqueio de aplicação financeira da controlada Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda., no montante atualizado em 30 de junho de 2010 de R\$5.849 (R\$5.769 em 31 de dezembro de 2009). O saldo provisionado foi revertido no primeiro trimestre de 2010 em virtude de alteração na classificação do risco de perda envolvido no processo, alterado de provável para possível, após a análise efetuada pelos assessores jurídicos da Sociedade.
- (d) Refere-se à contribuição previdenciária exigida em autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em processo de fiscalização, que exigiu da Sociedade, na qualidade de contribuinte solidária, valores de contribuição devidos na contratação de serviços prestados por terceiros. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores

exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1990 a outubro de 1999. Durante o exercício de 2007, a Sociedade reverteu o montante de R\$1.903, correspondente à decadência de parte do montante envolvido no processo referente ao período de janeiro de 1990 a outubro de 1994, conforme orientação da súmula vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal - STF. Em 1º de março de 2010 foi protocolada petição desistindo parcialmente da ação, bem como renunciando parcialmente ao seu direito, para fins de adesão aos benefícios previstos na Lei nº 11.941/09, em relação às contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que prestavam serviços à Sociedade, no período compreendido entre novembro de 1994 e dezembro de 1998.

- (e) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos autos de infração lavrados contra a Sociedade, em dezembro de 2006 e dezembro de 2007, pela Receita Federal do Brasil, em que se exigem créditos tributários de IRPJ e CSLL relativamente à dedutibilidade da remuneração das debêntures emitidas pela Sociedade, nos períodos-base 2001 e 2002, respectivamente. A opinião dos advogados é de que a probabilidade de perda decorrente dos referidos autos de infração é remota.

O auto de infração lavrado contra a Sociedade, em agosto de 2003, relativamente à dedutibilidade, no período-base 1999, teve decisão administrativa transitada em julgado em janeiro de 2010, sendo mantido parcialmente em relação ao IRPJ e integralmente em relação à CSLL. Após essa decisão, em 7 de abril de 2010, a Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar a parcela remanescente do IRPJ e da CSLL. A opinião dos advogados é de que a perspectiva de perda na ação judicial é remota.

- (f) O saldo refere-se a honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade em processos tributários. Do saldo registrado em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, R\$4.000 referem-se aos honorários advocatícios para elaboração de defesa no auto de infração de IRPJ e de CSLL contra a Sociedade, lavrado em 30 de junho de 2009, que tem como objeto o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio nos termos da operação detalhada na nota explicativa nº 12. Na opinião dos advogados da Sociedade, a operação tal como foi estruturada e seus efeitos fiscais são defensáveis, motivo pelo qual o risco de perda é classificado como remoto.
- (g) Refere-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil exigindo o pagamento de imposto de renda sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas, ocorridas no ano-base 1989, à alíquota de 18% (Lei nº 7.988, de 29 de dezembro de 1989) e não 3%, conforme era determinado pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.413/88, no qual a Sociedade se fundamentou para efetuar os recolhimentos na época.
- (h) Refere-se ao mandado de segurança que questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, que proibiu a dedutibilidade da CSLL da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ. Parte da provisão, no montante atualizado de R\$5.402 (R\$5.272 em 31 de dezembro de 2009), encontra-se depositada judicialmente.

Riscos cíveis

Movimentação entre 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009

	<u>12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>06/2010</u>
Diversas ações cíveis (a)	5.111	2.162	(1.908)	(784)	141	4.722
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.363	-	-	-	48	1.411
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	<u>1.995</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.466)</u>	<u>26</u>	<u>555</u>
Risco cível total provisionado	<u>8.469</u>	<u>2.162</u>	<u>(1.908)</u>	<u>(2.250)</u>	<u>215</u>	<u>6.688</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 9)	<u>(231)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>(246)</u>
Circulante	1.465					-
Não circulante	<u>7.004</u>					<u>6.688</u>

(a) Em 30 de junho de 2010 a Sociedade é parte em 1.194 ações e procedimentos cíveis (1.578 em 31 de dezembro de 2009), entre os quais 1.174 no âmbito da justiça cível, do juizado especial cível e do PROCON, movidos por Consultores(as) Natura, consumidores, fornecedores e ex-colaboradores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.

(b) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Estado do Acre em face da Sociedade e de outras instituições, sob a alegação de acesso ao conhecimento tradicional associado ao ativo murumuru.

Riscos trabalhistas

Em 30 de junho de 2010 a Sociedade é parte em 583 reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros (641 em 31 de dezembro de 2009), cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

Movimentação entre 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009

	<u>12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>06/2010</u>
Risco trabalhista total provisionado	<u>13.448</u>	<u>971</u>	<u>(1.775)</u>	<u>770</u>	<u>13.414</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 9)	<u>(1.696)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.696)</u>

Contingências passivas - risco possível

A Sociedade possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Tributárias:		
Ação declaratória - ICMS - ST (a)	37.343	29.162
Compensação 1/3 da COFINS - Lei nº 9.718/98 (b)	5.013	4.925
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (c)	8.969	4.456
Auto de infração - preço de transferência, em contratos de mútuo com empresa ligada do exterior (d)	1.744	1.716
Notificação fiscal de lançamento de débito - GFIP (e)	934	902
Auto de infração de ICMS - ST (f)	360	529
Pedido de compensação de tributos de mesma espécie - IRPJ e IRRF (g)	548	532
Outras	<u>46.576</u>	<u>38.594</u>
	<u>101.487</u>	<u>80.816</u>
Cíveis	3.412	16.858
Trabalhistas	<u>54.034</u>	<u>48.986</u>
	<u>158.933</u>	<u>146.660</u>

(a) Em 30 de junho de 2010 o saldo apresenta a seguinte composição:

1. ICMS - ST - PR - R\$34.119 (R\$28.186 em 31 de dezembro 2009) - ação movida pela Sociedade com o objetivo de discutir as alterações na base de cálculo do ICMS - ST promovido pelo Decreto Paranaense nº 7.018/06. O valor discutido na ação, relativo aos meses de janeiro de 2007 a março de 2010, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e nº 14, estando sua exigibilidade suspensa.
  2. ICMS - ST - DF - R\$3.224 (R\$976 em 31 de dezembro de 2009) - ação declaratória movida pela Sociedade com o objetivo de discutir sua responsabilidade pelo recolhimento do ICMS - ST, em razão da ausência de norma legal e de critério para a aferição da base de cálculo desse imposto ou, sucessivamente, a necessidade de celebração de Termo de Acordo fixando a base de cálculo do ICMS - ST. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2009 a junho de 2010, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e nº 14, estando sua exigibilidade suspensa.
- (b) A Lei nº 9.718/98 aumentou a alíquota da COFINS de 2% para 3% e permitiu que esse diferencial de 1% fosse compensado, durante 1999, com a contribuição social a recolher do mesmo ano. A Sociedade, entretanto, impetrou, em 1999, mandado de segurança e obteve liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário (diferença de 1% da alíquota) e autorizando o recolhimento da COFINS com base na Lei Complementar nº 70/91, vigente até então. Em dezembro de 2000, tendo em vista precedentes

desfavoráveis do Poder Judiciário, a Sociedade aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, parcelando a dívida referente à COFINS não recolhida no período. Com o recolhimento do tributo, a Sociedade passou a ter direito à compensação de 1% da COFINS com a contribuição social, que foi feita no primeiro semestre de 2001. A Receita Federal do Brasil, no entanto, entende que o prazo para a compensação estava restrito ao ano-base 1999. Em 11 de setembro de 2006, a Sociedade foi notificada do indeferimento das compensações realizadas e tempestivamente entrou com o recurso cabível. O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Sociedade.

- (c) Ação movida pela Sociedade que pretende declarar a inexigibilidade do crédito fiscal cobrado pelo INSS, através de auto de infração lavrado com o objetivo de exigir a contribuição previdenciária sobre a ajuda de custo para a manutenção de veículos, paga às Promotoras de Venda. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1995 a outubro de 1999.
- (d) Refere-se a auto de infração lavrado contra a Sociedade no qual a Receita Federal do Brasil exige IRPJ e CSLL sobre a diferença de juros em contratos de mútuo com pessoa jurídica vinculada no exterior. Em 12 de julho de 2004, foi apresentada a defesa administrativa, que foi julgada improcedente. No mês de junho de 2008, a Sociedade apresentou recurso da decisão desfavorável perante o Conselho de Contribuintes, o qual está pendente de apreciação pelo órgão julgador.
- (e) Exigência de multa pela falta de preenchimento na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, obrigação acessória previdenciária, de contribuições previdenciárias de autônomos e de verbas de caráter indenizatório. A Sociedade discute a cobrança na esfera administrativa.
- (f) Auto de infração de cobrança de ICMS - ST, exigido pelo Estado de Goiás, em razão de suposto recolhimento a menor pela Sociedade. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda seu julgamento definitivo.
- (g) Refere-se à não-homologação de compensação de débitos de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF do segundo trimestre de 2000 com créditos de IRPJ relativos ao quarto trimestre de 1999. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa, que foi julgada parcialmente favorável. Em 12 de julho de 2006, foi distribuída em juízo ação anulatória, com realização de depósito judicial, a fim de discutir a cobrança relativa ao saldo da compensação não homologado pela Receita Federal do Brasil.

#### Ativos contingentes

A Sociedade possui os seguintes processos ativos relevantes:

- a) A Sociedade questiona judicialmente a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS instituídas pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Os valores envolvidos nas ações judiciais, atualizados até 30 de junho de 2010, totalizam R\$13.473 (R\$13.217 em 31 de dezembro de 2009). Embora o referido parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 tenha sido julgado inconstitucional pelo STF em 2009, favorecendo a tese defendida pela Sociedade, as

ações judiciais movidas pela Sociedade ainda não transitaram em julgado e aguardam julgamento de recursos apresentados no Tribunal Regional Federal - TRF da 3ª Região, e, na opinião dos advogados, a probabilidade de êxito é provável.

- b) A Sociedade pleiteia a restituição das parcelas do ICMS e Imposto Sobre Serviços - ISS incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS, recolhidas no período de abril de 1999 a março de 2007. Os valores envolvidos nos pedidos de restituição, atualizados até 30 de junho de 2010, totalizavam R\$75.782 (R\$73.593 em 31 de dezembro de 2009). A opinião dos advogados é de que a probabilidade de êxito é provável.

A Sociedade adota como prática contábil o reconhecimento dos ativos contingentes somente após o trânsito em julgado definitivo dos processos. Como os processos mencionados não transitaram em julgado favoravelmente à Sociedade, esta não contabilizou os créditos referentes aos ativos contingentes.

#### Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

As entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Sociedade, após ter protocolado petições na Justiça oficializando a desistência das ações judiciais cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento, fez os requerimentos de adesão aos parcelamentos, escolhendo as modalidades de parcelamento e indicando a natureza genérica dos débitos fiscais, para os quais foram feitos os pagamentos das respectivas prestações iniciais, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN.

A seguir são demonstrados os débitos tributários que foram inscritos no parcelamento pela Sociedade, conforme a Lei nº 11.941/09:

	<u>12/2009</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>06/2010</u>
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (i)	2.743	59	2.802
Correção monetária - IRPJ/CSLL/ILL - 1991 (ii)	5.181	217	5.398
Outros	<u>1.440</u>	<u>38</u>	<u>1.478</u>
	<u>9.364</u>	<u>315</u>	<u>9.678</u>

- (i) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (d) do tópico “Riscos tributários”. Na desistência desse processo, considerando a modalidade de parcelamento optada pela Sociedade, que considera o pagamento à vista, esta reverteu no quarto trimestre de 2009 o montante de R\$1.586, correspondente a 100% da multa de mora e 45% de juros incorridos.
- (ii) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (b) do tópico “Riscos tributários”. Pelo fato de a Sociedade possuir depósito judicial efetuado para discussão de processo, na desistência do referido processo nenhuma reversão de multa de mora e juros foi efetuada pela Sociedade.

Devido à inexistência de saldos remanescentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Sociedade não se compensará destes para liquidação da parcela de juros dos parcelamentos.

Para a sequência das etapas do parcelamento e do pagamento dos débitos fiscais por parte da Sociedade, está prevista a consolidação dos débitos fiscais por parte da PGFN e da Receita Federal do Brasil; nessa etapa, a Sociedade deverá indicar os débitos a serem parcelados e o número de parcelas. Estima-se que essa etapa referente à consolidação ocorrerá até o final de 2010.

## 16. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E GANHOS DE EXECUTIVOS

16.1. A remuneração total dos administradores da Sociedade está assim composta:

	06/2010			06/2009		
	Remuneração			Remuneração		
	Variável			Variável		
	Fixa	____(*)	Total	Fixa	____(*)	Total
Conselho de Administração	1.925	903	2.828	1.714	856	2.570
Diretores estatutários	<u>2.184</u>	<u>1.836</u>	<u>4.020</u>	<u>3.084</u>	<u>1.883</u>	<u>4.967</u>
	<u>4.109</u>	<u>2.739</u>	<u>6.848</u>	<u>4.798</u>	<u>2.739</u>	<u>7.537</u>
	06/2010			06/2009		
	Remuneração			Remuneração		
	Variável			Variável		
	Fixa	____(*)	Total	Fixa	____(*)	Total
Diretores não estatutários	<u>1.829</u>	<u>1.364</u>	<u>3.193</u>	<u>1.758</u>	<u>1.322</u>	<u>3.080</u>

- (\*) Refere-se à participação nos resultados registrados no semestre. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no semestre, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos conselheiros e diretores, estatutários e não estatutários.



16.2. Os ganhos de executivos da Sociedade estão assim compostos:

	06/2010		06/2009	
	Outorga de opções		Outorga de opções	
	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)
Diretores estatutários	<u>1.523.834</u>	<u>27,28</u>	<u>983.231</u>	<u>23,20</u>
	06/2010		06/2009	
	Outorga de opções		Outorga de opções	
	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)
Diretores não estatutários	<u>3.216.766</u>	<u>27,28</u>	<u>2.335.487</u>	<u>23,20</u>

(a) Refere-se ao saldo das opções maduras (“vested”) e não maduras (“non-vested”), não exercidas, nas datas dos balanços.

(b) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado pela variação da inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, até as datas dos balanços.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009, o capital da Sociedade era R\$404.261.

Em março de 2010 foram subscritas 181.212 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$15,53, totalizando R\$2.826, passando o capital social da Sociedade para 430.455.773 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$407.087. O capital autorizado passou de 11.035.564 para 10.854.352 ações nominativas ordinárias.

Em junho de 2010 foram subscritas 101.439 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$26,57, totalizando R\$2.696, passando o capital social da Sociedade para 430.557.212 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$409.783. O capital autorizado passou de 10.854.352 para 10.752.813 ações nominativas ordinárias.

### b) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente, os seguintes ajustes:

- Acréscimo das importâncias resultantes da reversão de reservas para contingências, anteriormente formadas.
- Decréscimo das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências.

O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou intermediários e, com base neles, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários.

Em 8 de abril de 2010 foram pagos dividendos no valor total de R\$339.385 (R\$0,79 por ação) e juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$18.226 (R\$0,042 bruto por ação), conforme distribuição aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2010 e ratificada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 6 de abril de 2010, referente ao lucro líquido do exercício de 2009.

Em 21 de julho de 2010, o Conselho de Administração aprovou, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as demonstrações contábeis do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, a proposta para pagamento de dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio, referentes aos resultados auferidos no primeiro semestre de 2010, nos montantes de R\$253.947 (R\$0,59 por ação) e R\$35.427, bruto de IRRF (R\$0,082 bruto por ação), respectivamente. O montante total dos dividendos intermediários e dos juros sobre o capital próprio corresponde a 86,9% do lucro líquido consolidado registrado no primeiro semestre de 2010.

c) Ações em tesouraria

Em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, a rubrica “Ações em tesouraria” possuía a seguinte composição:

<u>Quantidade</u> <u>de ações</u>	<u>Preço</u> <u>médio</u> <u>por ação -</u>	
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>655</u>	<u>14</u>	<u>21,37</u>

d) Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio gerado na emissão das 3.299 ações ordinárias, decorrente da capitalização das debêntures no montante de R\$100.000, ocorrida em 2 de março de 2004.

e) Reserva legal

Em face de o saldo da reserva legal, somado às reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, ter ultrapassado 30% do capital social, a Sociedade, em conformidade com o estabelecido no artigo 193 da mesma Lei, decidiu por não constituir a reserva legal sobre o lucro líquido auferido nos exercícios de 2006, 2007, 2008 e 2009.

f) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2009, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$82.988. A retenção referente ao exercício de 2009 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, aprovado pelo Conselho de Administração no dia 24 de fevereiro de 2010 e ratificado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 9 de abril de 2010.

18. PLANOS DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

O Conselho de Administração reúne-se anualmente para, dentro das bases do programa, estabelecer o plano, indicando os diretores e gerentes que receberão as opções e a quantidade total a ser distribuída.

No formato válido até o ano 2008, os planos possuem prazo de quatro anos para elegibilidade ao exercício das opções, sendo 50% ao final do terceiro ano e 50% ao final do quarto ano, havendo ainda um prazo máximo de dois anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

A partir de 2009, o formato do programa foi alterado, sendo o prazo de elegibilidade ao exercício das opções de 100% ao final do quarto ano, com a possibilidade de sua antecipação para três anos, mediante a condição de cancelamento de 50% das opções outorgadas nos planos, e fixando o prazo máximo de quatro anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

No âmbito desse novo modelo do programa, foram outorgadas, em 19 de março de 2010, 2.175.646 opções pelo preço de exercício de R\$34,17.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em circulação e seus correspondentes preços médios ponderados do semestre/exercício estão apresentados a seguir:

	06/2010		12/2009	
	Preço médio de exercício por ação - R\$	Opções (milhares)	Preço médio de exercício por ação - R\$	Opções (milhares)
Saldo no início do semestre/exercício	27,00	5.538	19,24	4.733
Concedidas	34,17	2.176	22,44	2.583
Canceladas	27,77	(195)	23,96	(568)
Exercidas	<u>26,63</u>	<u>(282)</u>	<u>10,78</u>	<u>(1.210)</u>
Saldo no fim do semestre/exercício	<u>27,28</u>	<u>7.237</u>	<u>23,22</u>	<u>5.538</u>

Das 7.237 mil opções em circulação em 30 de junho de 2010 (5.538 mil opções em 31 de dezembro de 2009), 1.105 mil opções (685 mil opções em 31 de dezembro de 2009) são exercíveis. As opções exercidas por colaboradores da controladora e/ou de suas controladas

em 30 de junho de 2010 resultaram na emissão de 101 mil ações, gerando um impacto no patrimônio líquido de R\$1.838, sendo R\$645 decorrentes de opções exercidas dos colaboradores da controladora e R\$1.193 de opções de colaboradores das controladas (1.210 mil ações em 31 de dezembro de 2009, gerando um impacto no patrimônio líquido de R\$1.871).

A despesa referente ao valor justo das opções concedidas reconhecida no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2010, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções, foi de R\$3.791, sendo R\$1.296 da controladora e R\$2.495 das controladas (R\$1.527 no semestre findo em 30 de junho de 2009).

As opções de compra de ações em circulação no fim do semestre/exercício têm os seguintes prazos contratuais remanescentes e preços de exercício:

Em 30 de junho de 2010:

Data da outorga	Preço de exercício - R\$	Opções em circulação			Opções exercíveis	
		Opções em circulação	Vida remanescente contratual (anos)	Preço de exercício - R\$	Opções exercíveis	Preço de exercício - R\$
16 de março de 2005	19,71	201.402	0,72	19,71	201.402	19,71
29 de março de 2006	29,37	535.280	1,74	29,37	535.280	29,37
24 de abril de 2007	27,77	736.237	2,86	27,77	368.119	27,77
22 de abril de 2008	21,57	1.135.127	3,87	21,57	-	-
22 de abril de 2009	23,52	2.453.154	6,91	23,52	-	-
19 de março de 2010	34,51	<u>2.175.646</u>	7,83	34,51	-	-
		<u>7.236.846</u>			<u>1.104.801</u>	

Em 31 de dezembro de 2009:

Data da outorga	Preço de exercício - R\$	Opções em circulação			Opções exercíveis	
		Opções em circulação	Vida remanescente contratual (anos)	Preço de exercício - R\$	Opções exercíveis	Preço de exercício - R\$
10 de abril de 2004	8,92	93.622	0,28	8,92	93.622	8,92
16 de março de 2005	19,12	281.911	1,22	19,12	281.911	19,12
29 de março de 2006	28,49	623.221	2,24	28,49	309.906	28,49
24 de abril de 2007	26,94	807.511	3,36	26,94	-	-
22 de abril de 2008	20,92	1.210.647	4,37	20,92	-	-
22 de abril de 2009	22,82	<u>2.520.690</u>	7,41	22,82	-	-
		<u>5.537.602</u>			<u>685.439</u>	

Em 30 de junho de 2010, o preço de mercado unitário era de R\$40,00 (R\$36,31 em 31 de dezembro de 2009) por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções concedidas em 2010 foram:

- Preço médio ponderado da opção de R\$10,82 (R\$7,83 em 2009) na data da outorga.
- Volatilidade de 37% (39% em 2009).

- Rendimento de dividendos de 5,3% (5,3% em 2009).
- Vida esperada da opção correspondente a três e quatro anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 10,8% (9,6% em 2009).

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do: (a) exercício das opções outorgadas até 30 de junho de 2010; e (b) exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções. Para ambos os cenários considerou-se a hipótese em que todas as opções eram exercíveis em 30 de junho de 2010, considerando o valor do patrimônio líquido da Sociedade naquela data:

	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>
	<u>Opções</u>	<u>Total do</u>
	<u>outorgadas</u>	<u>programa</u>
Preço médio de exercício por ação - R\$	27,28	27,28
Número de ações ordinárias do capital social	430.557.212	430.557.212
Número de ações a serem emitidas com o exercício das opções	7.236.846	16.559.893
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2010 -R\$	2,60	2,60
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2010 considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas em cada plano - R\$	2,56	2,71
Diluição do valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas em cada plano - R\$	0,04	0,11
Diluição percentual considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas em cada plano	1,65%	4,00%

## 19. BENEFÍCIOS A COLABORADORES

### a) Plano de previdência complementar

A Sociedade patrocina dois planos de benefícios a colaboradores, sendo um de complementação de benefícios de aposentadoria, por intermédio de um plano de previdência complementar administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A., e um de extensão de assistência médica para ex-funcionários aposentados.

O plano de previdência complementar é estabelecido sob a forma de “contribuição definida”, criado em 1º de agosto de 2004 e elegível para todos os colaboradores admitidos a partir daquela data. Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário de modo que a parcela da Sociedade equivale a 60% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais, que variam de 1% a 5% da remuneração do colaborador aposentado.

Em 30 de junho de 2010, não existiam passivos atuariais em nome da Sociedade, decorrentes do plano de previdência complementar.

As contribuições realizadas pela Sociedade totalizaram R\$923 no semestre findo em 30 de junho de 2010 (R\$517 no semestre findo em 30 de junho de 2009), as quais foram registradas como despesa do semestre.

b) Plano de assistência médica

A Sociedade mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e seus respectivos cônjuges, conforme regras por ela estipuladas. Em 30 de junho de 2010 o plano contava com 304 colaboradores.

Em 30 de junho de 2010, a Sociedade mantinha uma provisão para o passivo atuarial referente a esse plano no montante de R\$4.082 (R\$2.384 em 31 de dezembro de 2009), o qual foi calculado por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

	Percentual anual (em termos nominais) <u>2010</u>
Taxa de desconto financeiro	11,2
Crescimento das despesas médicas (reduzindo 0,5% ao ano)	10,5 a 5,5
Inflação de longo prazo	4,5
Tábua de mortalidade geral	RP 2000

Durante o segundo trimestre de 2010 a Sociedade redefiniu a modalidade de contribuição do colaborador no benefício do plano de assistência médica pós-aposentadoria. Com essa alteração, o colaborador participará com uma contribuição menor em comparação à modalidade aplicada no período anterior, o que representou um complemento no passivo atuarial no montante de R\$1.378. Adicionalmente, a Sociedade registrou o montante de R\$320 referente à atualização monetária e atuarial do período.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 20.1. Considerações gerais e políticas

A Sociedade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, como também instrumentos derivativos.

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Finanças e aprovados pelo Conselho de Administração da Sociedade, os quais estabelecem limites de exposição cambial e alocação de recursos em instituições financeiras. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Finanças da Sociedade e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Sociedade, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

Em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira é protegida das oscilações do câmbio por meio de contratações de instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” para proteção das respectivas operações.

A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

## 20.2. Gestão de risco financeiro

### Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Sociedade, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas por Comitês Internos e pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Sociedade contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

#### a) Risco de mercado

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas atividades e de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

#### i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Sociedade em moedas estrangeiras, foi implantada uma Política de Proteção Cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Sociedade, bem como fluxos de caixa futuros, com prazo médio de seis meses, ainda não registrados no balanço patrimonial decorrentes de investimentos nas controladas no exterior em suas respectivas moedas.

Para exposições cambiais, a Sociedade contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e compra a termo de moeda denominada “Non Deliverable Forward - NDF” (“forward”). A política de proteção cambial determina que o “hedge” contratado pela Sociedade deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o período/exercício em curso, dada uma determinada estimativa de desvalorização cambial em relação ao dólar norte-americano. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Sociedade.

Em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, a exposição cambial é demonstrada conforme o quadro a seguir:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Posições passivas:		
Empréstimos e financiamentos (2)	(75.191)	(2.922)
Fornecedores (3)	<u>(637)</u>	<u>(497)</u>
Total do passivo	<u>(75.828)</u>	<u>(3.419)</u>
Total da exposição	<u>(75.828)</u>	<u>(3.419)</u>
(-) Instrumentos derivativos (1)	<u>184.026</u>	<u>147.882</u>
Exposição líquida	<u>108.198</u>	<u>144.463</u>

(1) Instrumentos derivativos: os contratos em aberto, demonstrados a seguir, de “swap” e “forward”, têm vencimentos entre julho de 2010 e julho de 2014, foram celebrados com contrapartes representadas pelos Bancos Bradesco (39%), Brasil (1%), HSBC (40%) e BTG Pactual (20%) e estão assim compostos:

<u>Modalidade da operação</u>	<u>Valor nocional</u>		<u>Saldo passivo a valor justo</u>	
	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
“Swaps” financeiros (1.1)	75.111	94.231	94	(6.647)
“Forwards” financeiros (1.1)	-	187	-	(8)
“Forwards” operacionais (1.2)	<u>108.915</u>	<u>53.464</u>	<u>(894)</u>	<u>(214)</u>
	<u>184.026</u>	<u>147.882</u>	<u>(800)</u>	<u>(6.869)</u>

Em 30 de junho de 2010, o valor nocional total de R\$184.026 (R\$147.882 em 31 de dezembro de 2009) representa os ativos dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger as exposições cambiais passivas da Sociedade, cujos detalhes estão demonstrados no item 20.4. a



seguir. O saldo passivo refere-se ao ajuste líquido a pagar, calculado a valor justo em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 dos instrumentos financeiros derivativos ainda em aberto contratados pela Sociedade vigentes nas respectivas datas dos balanços.

(1.1) Para as exposições cambiais identificadas como “financeiras”, geradas pelos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, a Sociedade tem contratado operações de “swap” e “forward” com o objetivo de mitigar os riscos cambiais a que esses empréstimos e financiamentos estão sujeitos. As operações de “swap” consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI pós-fixado. As operações de “forward” estabelecem uma paridade futura entre o real e a moeda estrangeira tomando-se como base a paridade do momento da contratação corrigida por uma determinada taxa de juros prefixada.

(1.2) Para as exposições cambiais denominadas “operacionais”, que estão relacionadas aos fluxos futuros, são contratadas operações de “forward”.

(2) Empréstimos e financiamentos: referem-se aos saldos a pagar de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Em 30 de junho de 2010, o montante de R\$75.191 corresponde a US\$41.738 mil.

(3) Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar em moedas estrangeiras devidos aos fornecedores.

ii) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto os contratados em TJLP, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

A Sociedade contrata derivativos do tipo “swap”, com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos contratadas com indexador distinto do CDI pós-fixado.

iii) Análise de sensibilidade

Risco de câmbio

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos “financeiros”, a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos equivalentes registrados no balanço patrimonial, tornando as operações atreladas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Total dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	75.191
Valor nocional dos derivativos “financeiros”	(75.111)
Exposição líquida	<u>80</u>

Da mesma forma, a Sociedade considera que parte dos instrumentos derivativos “operacionais”, no montante de R\$54.687, não deve ser considerada na análise de sensibilidade, pois foi liquidada em 1º de julho de 2010, registrando uma perda de R\$919.

Portanto, para a análise de sensibilidade está sendo aplicado somente o montante de R\$54.228, resultado das considerações explicitadas anteriormente.

<u>Exposição</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível</u>	<u>Cenário remoto</u>
Financeira	Queda do dólar	(1)	(16)	(27)
Operacional	Queda do dólar	(376)	(10.846)	(18.076)
		<u>(377)</u>	<u>(10.862)</u>	<u>(18.103)</u>

O cenário provável reflete a cotação futura da moeda norte-americana na Bolsa de Mercadorias e Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA na data-base 30 de junho de 2010 (R\$1,79/US\$). Nas exposições ativas de dólar norte-americano (risco de queda dessa moeda), o cenário possível considera uma desvalorização em 25% sobre a cotação de 30 de junho de 2010 (R\$1,44/US\$) e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R\$1,20/US\$). Nas exposições passivas (risco de alta do dólar), os cenários possível e remoto consideram uma valorização em 25% e 50%, respectivamente (R\$2,25/US\$ e R\$2,70/US\$).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam uma perda de R\$(377) no cenário provável, uma perda de R\$(10.862) no cenário possível e uma perda de R\$(18.103) no cenário remoto.

Risco de taxa de juros

Considerando que em 30 de junho de 2010 quase que a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possui contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política da Sociedade de proteção de riscos

cambiais, o risco da Sociedade passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir, está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP:

Total dos empréstimos e financiamentos	453.293
Aplicações financeiras	(216.760)
Exposição líquida	<u>(236.533)</u>

Para a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos atrelados a CDI e TJLP, para a qual a Sociedade está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas a CDI (nota explicativa nº 3), a Administração da Sociedade entende que, considerando como baixo o risco de grandes variações no CDI em 2010, levando em consideração a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos, para a análise de sensibilidade para o risco de aumento nas taxas CDI e TJLP que afetariam as despesas financeiras da Sociedade, deve ser levado em consideração um aumento máximo de 25% na taxa CDI (representando um incremento de aproximadamente 2,5 pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$5.913.

b) Risco de crédito

As vendas da Sociedade são efetuadas para um grande número de Consultores(as) de Vendas, e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.

A Sociedade está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios e considera baixo o risco de não-liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Sociedade, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

### 20.3. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Sociedade monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira consolidados em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 estão assim sumariados:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	453.293	495.297
(-) Aplicações financeiras	<u>(216.760)</u>	<u>(242.453)</u>
Dívida líquida	<u>236.533</u>	<u>252.844</u>
Patrimônio líquido	<u>1.123.254</u>	<u>1.139.820</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>21%</u>	<u>22%</u>

A variação no índice de alavancagem financeira para dezembro de 2009 foi decorrente, principalmente, da menor necessidade de capital de terceiros para o financiamento das operações da Sociedade.

### 20.4. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e “forward” em aberto em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, mensurados ao valor justo, estão assim demonstrados:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
“Swaps” financeiros	94	(6.647)
“Forwards” financeiros	-	(8)
“Forwards” operacionais	<u>(894)</u>	<u>(214)</u>
	<u>(800)</u>	<u>(6.869)</u>

A Sociedade, no encerramento de cada balanço, consulta as instituições financeiras nas quais os instrumentos foram contratados e atualiza os respectivos valores com base nas condições correntes de mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

a) Detalhamento das operações com derivativos

(1) Instrumentos derivativos “financeiros”

As informações sobre os instrumentos derivativos “financeiros” em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, contratados pela Sociedade decorrentes dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, estão demonstradas a seguir:

Descrição	Valor nocional		Valor justo		Efeito acumulado até 06/2010 - a valor justo	
	06/2010	12/2009	06/2010	12/2009	Valor a receber (recebido)	Valor a pagar (pago)
Contratos de “swap”:						
Posição ativa:						
Posição comprada - dólar	75.111	4.231	74.681	2.997	94	-
Posição comprada - yen	-	90.000	-	111.192	-	-
	<u>75.111</u>	<u>94.231</u>	<u>74.681</u>	<u>114.189</u>	<u>94</u>	<u>-</u>
Posição passiva-						
Taxa CDI pós-fixada:						
Posição comprada - dólar	75.111	4.231	74.587	4.027	-	-
Posição comprada - yen	-	90.000	-	116.809	-	-
	<u>75.111</u>	<u>94.231</u>	<u>74.587</u>	<u>120.836</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Contratos a termo (“forward”):						
Posição comprada - dólar	-	187	-	192	-	-
	<u>-</u>	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>192</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Posição passiva-						
Taxa prefixada						
	-	187	-	200	-	-
	<u>-</u>	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(2) Instrumentos financeiros derivativos “operacionais”

As informações sobre os instrumentos derivativos “operacionais” em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, contratados pela Sociedade para proteção da exposição decorrente dos fluxos de caixa futuros, estão demonstradas a seguir:

Descrição	Valor nocional		Valor justo		Efeito acumulado até 06/2010 - a valor justo	
	06/2010	12/2009	06/2010	12/2009	Valor a receber (recebido)	Valor a pagar (pago)
Contratos a termo (“forward”):						
Posição comprada - dólar	108.915	53.464	109.263	54.124	-	(894)
	<u>108.915</u>	<u>53.464</u>	<u>109.263</u>	<u>54.124</u>	<u>-</u>	<u>(894)</u>
Posição passiva-						
Taxa prefixada-						
Posição comprada - dólar	108.915	53.464	110.157	54.338	-	-
	<u>108.915</u>	<u>53.464</u>	<u>110.157</u>	<u>54.338</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Sociedade em 30 de junho de 2010, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não através de Bolsa de Mercadorias e Futuros, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

## 20.5. Estimativa de valores justos

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Sociedade usa diversos métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes nas datas dos balanços. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas nas datas dos balanços.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Sociedade aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2010:

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo total</u>
<u>Ativo</u>				
Ativos financeiros ao valor justo-				
Derivativos	- 183.944			- 183.944
Total do ativo	<u>- 183.944</u>			<u>- 183.944</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado cotados nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Sociedade é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de “swaps” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos conforme o Nível 3 em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

#### Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

##### Aplicações financeiras

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

##### Empréstimos e financiamentos

Os valores dos empréstimos e financiamentos registrados nas demonstrações contábeis, exceto aqueles atrelados à TJLP, aproximam-se dos valores de exigibilidade, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações contábeis em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Adicionalmente, estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores nacionais e estrangeiros, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

## 21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>06/2010</u>	<u>06/2009</u>
Receitas financeiras:		
Juros com aplicações financeiras	6.276	3.965
Ganhos com variações monetárias e cambiais	434	36.201
Ganhos com operações de “swap” e “forward”	6.535	1.286
Outras receitas financeiras	<u>10.049</u>	<u>4.958</u>
	<u>23.294</u>	<u>46.410</u>
Despesas financeiras:		
Juros com empréstimos e financiamentos	(19.100)	(5.654)
Perdas com variações monetárias e cambiais	(11.590)	-
Perdas com operações de “swap” e “forward”	-	(39.983)
Outras despesas financeiras	<u>(8.177)</u>	<u>(3.152)</u>
	<u>(38.867)</u>	<u>(48.789)</u>

## 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>06/2010</u>	<u>06/2009</u>
Receita bruta-		
Mercado interno	2.908.177	2.375.800
Impostos incidentes sobre as vendas	(438.581)	(355.361)
Devoluções e cancelamentos	<u>(4.195)</u>	<u>(3.480)</u>
Receita líquida	<u>2.465.401</u>	<u>2.016.959</u>

## 23. DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>06/2010</u>	<u>06/2009</u>
Despesas com marketing e vendas	375.590	279.185
Despesas com fretes	95.405	104.225
Despesas administrativas e gerais	330.497	237.786
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 10)	(1.348)	21.139
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 16)	6.848	7.537
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 24)	116.461	113.925
Encargos de depreciação e amortização	<u>7.783</u>	<u>6.439</u>
	<u>931.236</u>	<u>770.236</u>



24. DESPESAS DE BENEFÍCIOS A COLABORADORES

	<u>06/2010</u>	<u>06/2009</u>
Salários e bonificações	86.425	85.675
Ganho de executivos	3.791	2.359
Impostos e contribuições sociais	<u>26.245</u>	<u>25.891</u>
	<u>116.461</u>	<u>113.925</u>

25. COBERTURA DE SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO REVISADA PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

A Sociedade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 30 de junho de 2010, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo industrial/ estoques	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	815.118
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1.201 veículos	44.666
Lucros cessantes	Não-realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações e máquinas e equipamentos de produção	1.124.405

26. APROVAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

As presentes Informações Trimestrais - ITR individuais da Sociedade foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 21 de julho de 2010.

*(Convenience Translation into English from  
the Original Previously Issued in Portuguese)*

# ***Natura Cosméticos S.A.***

*Individual Interim Financial Statements for the  
Quarter Ended June 30, 2010 and  
Independent Accountants' Review Report*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

## INDEPENDENT ACCOUNTANTS' REVIEW REPORT

To the Board of Directors and Shareholders of  
Natura Cosméticos S.A.  
São Paulo - SP

1. We have reviewed the accounting information included in the accompanying individual interim financial statements of Natura Cosméticos S.A. (the "Company") for the quarter ended June 30, 2010, consisting of the condensed balance sheet, the related condensed statements of income, comprehensive income, changes in shareholders' equity and cash flows, the related notes and the performance report, prepared under the responsibility of the Company's Management.
2. Our review was conducted in accordance with specific standards established by the Brazilian Institute of Independent Auditors (IBRACON), together with the Brazilian Federal Accounting Council (CFC), and consisted, principally, of: (a) inquiries of and discussions with certain officials of the Company who have responsibility for accounting, financial and operating matters about the criteria adopted in the preparation of the individual interim financial statements; and (b) review of the information and subsequent events that have, or might have had, material effects on the financial position and results of operations of the Company.
3. Based on our review, we are not aware of any material modifications that should be made to the accounting information included in the individual interim financial statements referred to in paragraph 1 for them to be in conformity with standards established by the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), specifically applicable to the preparation of the individual interim financial statements.
4. As mentioned in note 2, in 2009 CVM approved several Technical Pronouncements, Interpretations and Guidance issued by the Accounting Pronouncements Committee (CPC), effective for 2010, which changed the Brazilian accounting practices. These changes, early adopted by the Company in preparing the annual financial statements for the year ended December 31, 2009, were also adopted in preparing the individual interim financial statements for the quarter ended June 30, 2010. The individual interim financial statements for the prior reporting period, presented for comparative purposes, have been adjusted to reflect the changes in Brazilian accounting practices as required by NPC 12 - Accounting Polices, Change in Accounting Estimates and Errors.
5. The accompanying individual interim financial statements have been translated into English for the convenience of readers outside Brazil.

São Paulo, July 21, 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes

Edimar Facco  
Engagement Partner

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

CONDENSED BALANCE SHEETS AS OF JUNE 30, 2010 AND DECEMBER 31, 2009

(In thousands of Brazilian reais - R\$)

<u>ASSETS</u>	<u>Note</u>	<u>06/30/2010</u>	<u>12/31/2009</u>	<u>LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY</u>	<u>Note</u>	<u>06/30/2010</u>	<u>12/31/2009</u>
CURRENT ASSETS				CURRENT LIABILITIES			
Cash and cash equivalents	3	219,496	254,463	Loans and financing	13	81,744	469,590
Trade accounts receivable	4	386,946	414,645	Domestic suppliers		55,656	60,379
Inventories	5	125,600	94,338	Foreign suppliers		637	497
Recoverable taxes	6	36,667	93,760	Suppliers - related parties	8	174,311	211,591
Related parties	8	20,789	26,757	Payroll, profit sharing and related charges		49,235	56,750
Advances to employees and suppliers		3,398	3,690	Taxes payable	14	303,088	190,620
Other receivables		<u>32,934</u>	<u>23,930</u>	Dividends and interest on capital payable	8	163	174
Total current assets		<u>825,830</u>	<u>911,583</u>	Accrued freight		26,494	23,595
NONCURRENT ASSETS				Reserve for tax, civil and labor contingencies	15	-	1,465
Long-term assets:				Allowance for losses on derivative transactions	20	800	6,869
Recoverable taxes	6	77,427	33,697	Other payables		<u>34,128</u>	<u>26,165</u>
Deferred income tax and social contribution	7.a	77,674	82,952	Total current liabilities		<u>726,256</u>	<u>1,047,695</u>
Escrow deposits	9	232,815	187,656	NONCURRENT LIABILITIES			
Advance for future capital increase	8	-	90	Loans and financing	13	371,549	25,707
Other financial assets		1,000	-	Reserve for tax, civil and labor contingencies	15	58,261	62,308
Investments	10	1,006,516	1,000,600	Allowance for losses on subsidiaries	10	674	565
Property, plant and equipment	11	50,848	50,375	Other payables		<u>4,082</u>	<u>2,384</u>
Intangible assets	11	<u>11,966</u>	<u>11,527</u>	Total noncurrent liabilities		<u>434,566</u>	<u>90,964</u>
Total noncurrent assets		<u>1,458,246</u>	<u>1,366,897</u>	SHAREHOLDERS' EQUITY			
				Capital	17.a	409,783	404,261
				Capital reserves		144,946	142,993
				Earnings reserves		256,316	253,693
				Treasury shares	17.c	(14)	(14)
				Proposed additional dividend	17.b	-	357,611
				Retained earnings		332,267	-
				Other comprehensive income (expenses)		<u>(20,044)</u>	<u>(18,723)</u>
				Total equity attributed to controlling shareholders		<u>1,123,254</u>	<u>1,139,821</u>
TOTAL ASSETS		<u>2,284,076</u>	<u>2,278,480</u>	TOTAL LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY		<u>2,284,076</u>	<u>2,278,480</u>

The accompanying notes are an integral part of these condensed financial statements

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

CONDENSED STATEMENTS OF INCOME

FOR THE QUARTER AND SIX-MONTH PERIODS ENDED JUNE 30, 2010 AND 2009

(In thousands of Brazilian reais - R\$, except earnings per share)

	<u>Note</u>	<u>04/01 to</u> <u>06/30/2010</u>	<u>04/01 to</u> <u>06/30/2009</u> (Restated)	<u>01/01 to</u> <u>06/30/2010</u>	<u>01/01 to</u> <u>06/30/2009</u> (Restated)
CONTINUING OPERATIONS					
NET OPERATING REVENUES	22	1,369,166	1,118,181	2,465,401	2,016,959
Cost of sales		(578,533)	(459,354)	(1,036,838)	(845,547)
GROSS PROFIT		<u>790,634</u>	<u>658,827</u>	<u>1,428,564</u>	<u>1,171,412</u>
OPERATING (EXPENSES) INCOME					
Selling		(331,564)	(194,183)	(608,832)	(426,999)
General and administrative		(180,773)	(243,137)	(316,904)	(356,839)
Management compensation	16	(3,486)	(4,377)	(6,848)	(7,537)
Equity in subsidiaries	10	11,385	(10,243)	1,348	(21,139)
Other operating (expenses) income, net		(132)	742	(1,118)	933
INCOME FROM OPERATIONS BEFORE FINANCIAL EFFECTS		<u>286,064</u>	<u>207,629</u>	<u>496,210</u>	<u>359,831</u>
Financial income	21	4,261	21,649	23,294	46,410
Financial expenses	21	(15,570)	(32,772)	(38,867)	(48,789)
INCOME BEFORE INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION		<u>274,755</u>	<u>196,506</u>	<u>480,637</u>	<u>357,452</u>
Income tax and social contribution - current	7.b	(95,384)	(41,106)	(142,307)	(61,329)
Income tax and social contribution - deferred	7.a	12,125	12,824	(5,278)	10,848
NET INCOME FOR THE QUARTER/SIX-MONTH PERIOD		<u>191,496</u>	<u>168,224</u>	<u>333,052</u>	<u>306,971</u>
FROM CONTINUING OPERATIONS		<u>191,496</u>	<u>168,224</u>	<u>333,052</u>	<u>306,971</u>
Attributable to:					
Owners of the Company		191,496	168,224	333,052	306,971
Minority interest		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
EARNINGS PER SHARE - R\$		<u>0.4447</u>	<u>0.3912</u>	<u>0.7735</u>	<u>0.7138</u>

The accompanying notes are an integral part of these condensed financial statements.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

CONDENSED STATEMENTS OF COMPREHENSIVE INCOME  
 FOR THE QUARTER AND SIX-MONTH PERIODS ENDED JUNE 30, 2010 AND 2009  
 (In thousands of Brazilian reais - R\$, except earnings per share)

	Note	04/01 to 06/30/2010	04/01 to 06/30/2009	01/01 to 06/30/2010	01/01 to 06/30/2009
NET INCOME FROM CONTINUING OPERATIONS		191,496	168,224	333,052	306,971
Other comprehensive income (expenses)-					
Losses on adjustment from translation of financial statements of foreign subsidiaries	10	<u>(2,360)</u>	<u>(9,188)</u>	<u>(1,320)</u>	<u>(12,707)</u>
Total comprehensive income (expenses) on the quarter/six-month period		<u>189,136</u>	<u>159,036</u>	<u>331,732</u>	<u>294,264</u>
Total comprehensive income (expenses) on the quarter/six-month period attributable to:					
Owners of the Company		189,136	159,036	331,732	294,264
Minority interest		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

The accompanying notes are an integral part of these condensed financial statements.

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

CONDENSED STATEMENTS OF CHANGES IN SHAREHOLDERS' EQUITY  
FOR THE SIX-MONTH PERIODS ENDED JUNE 30, 2010 AND 2009  
(In thousands of Brazilian reais - R\$, except value per share)

Note	Capital	Capital reserves			Earnings reserves			Treasury shares	Proposed additional dividend	Retained earnings (accumulated losses)	Other comprehensive income (expenses)	Equity attributed to controlling shareholders
		Share premium	Investment grants	Additional paid-in capital	Legal	Tax incentives	Profit retention					
<b>SIX-MONTH PERIOD ENDED JUNE 30, 2009</b>												
BALANCES AS OF DECEMBER 31, 2008 - AS PER LAW 11,638/07 AND PROVISIONAL ACT 449/08 (ADJUSTED BY THE FIRST-TIME ADOPTION OF NEW ACCOUNTING PRONOUNCEMENTS ISSUED IN 2009)												
	391,423	101,853	17,378	19,423	18,650	1,816	155,018	(369)	311,680	(7,924)	5,161	1,014,109
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	306,971	-	306,971
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12,707)	(12,707)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	306,971	(12,707)	294,264
	-	-	-	-	-	-	-	-	(311,680)	-	-	(311,680)
	9,743	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,743
	-	-	-	-	-	-	(7,924)	-	-	7,924	-	-
Changes in stock option plans:												
	-	-	-	1,527	-	-	-	-	-	-	-	1,527
	-	1,871	-	(1,871)	-	-	-	339	-	-	-	339
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(215,152)	-	(215,152)
BALANCES AS OF JUNE 30, 2010 - AS PER LAW 11,638/07 AND PROVISIONAL ACT 449/08 (WITH EARLY ADOPTION OF NEW PRONOUNCEMENTS ISSUED IN 2009)												
	<u>401,166</u>	<u>103,724</u>	<u>17,378</u>	<u>19,079</u>	<u>18,650</u>	<u>1,816</u>	<u>147,094</u>	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>91,819</u>	<u>(7,546)</u>	<u>793,150</u>
<b>SIX-MONTH PERIOD ENDED JUNE 30, 2010</b>												
BALANCES AS OF DECEMBER 31, 2009 - AS PER LAW 11,638/07 AND PROVISIONAL ACT 449/08 (WITH ADOPTION OF NEW PRONOUNCEMENTS ISSUED IN 2009)												
	404,261	103,620	17,378	21,995	18,650	4,961	230,082	(14)	357,611	-	(18,723)	1,139,821
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333,052	-	333,052
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,320)	(1,320)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333,052	(1,320)	331,732
	5,522	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,522
Changes in stock option plans:												
	-	-	-	3,791	-	-	-	-	-	-	-	3,791
	-	-	-	(1,838)	-	-	-	-	-	1,838	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	(357,611)	-	-	(357,611)
	-	-	-	-	-	2,623	-	-	-	(2,623)	-	-
BALANCES AS OF JUNE 30, 2010 - AS PER LAW 11,638/07 AND PROVISIONAL ACT 449/08 (WITH ADOPTION OF NEW PRONOUNCEMENTS ISSUED IN 2009)												
	<u>409,783</u>	<u>103,620</u>	<u>17,378</u>	<u>23,948</u>	<u>18,650</u>	<u>7,584</u>	<u>230,082</u>	<u>(14)</u>	<u>-</u>	<u>332,267</u>	<u>(20,043)</u>	<u>1,123,254</u>

The accompanying notes are an integral part of these condensed financial statements.

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

CONDENSED STATEMENTS OF CASH FLOWS  
FOR THE SIX-MONTH PERIODS ENDED JUNE 30, 2010 AND 2009  
(In thousands of Brazilian reais - R\$)

	Note	06/30/2010	06/30/2009 (Restated)
<b>CASH FLOW FROM OPERATING ACTIVITIES</b>			
Net income for the six-month period from continuing operations		333,052	306,971
Adjustments to reconcile net income for the six-month period from continuing operations to net cash provided by operating activities:			
Depreciation and amortization	11	7,783	6,439
Reserve for losses on swap and forward contracts		(8,192)	10,833
Reserve for tax, civil and labor contingencies	15	(3,262)	6,300
Deferred income tax and social contribution	7.a	5,278	(10,848)
Loss on sale on property, plant and equipment and intangible assets		1,281	917
Equity in subsidiaries	10	(1,348)	21,139
Interest and exchange rate change on loans and financing and other liabilities		(2,265)	(9,760)
Expenses on stock options plans		1,296	918
Allowance for doubtful accounts	4	3,676	1,956
Allowance for inventory losses	5	3,839	590
Subtotal		<u>341,137</u>	<u>335,455</u>
<b>(INCREASE) DECREASE IN ASSETS</b>			
Current:			
Trade accounts receivable		24,023	95,825
Inventories		(17,516)	(38,164)
Recoverable taxes		57,093	-
Other receivables		(2,744)	2,638
Noncurrent:			
Escrow deposits		(45,159)	(4,571)
Recoverable taxes		(43,730)	(15,526)
Other receivables		(1,139)	(17)
Subtotal		<u>(29,172)</u>	<u>40,185</u>
<b>INCREASE (DECREASE) IN LIABILITIES</b>			
Current:			
Domestic and foreign suppliers		(4,583)	(80,694)
Payroll, profit sharing and related charges, net		(7,515)	(6,918)
Taxes payable, net		177,838	21,611
Other payables		(26,429)	(2,176)
Noncurrent:			
Reserve for tax, civil and labor contingencies	15	(2,250)	-
Other payables		1,807	(16,555)
Subtotal		<u>138,868</u>	<u>(84,732)</u>
<b>OTHER CASH FLOWS FROM OPERATING ACTIVITIES</b>			
Payments of income tax and social contribution		(65,370)	(49,711)
Gains on derivatives		2,123	9,459
Payment of interest on loans and financing		(15,713)	(3,608)
<b>NET CASH PROVIDED BY OPERATING ACTIVITIES</b>		<u>371,873</u>	<u>247,048</u>
<b>CASH FLOW FROM INVESTING ACTIVITIES</b>			
Acquisition of property, plant and equipment and intangible assets	11	(11,454)	(12,195)
Proceeds from sale of property, plant and equipment and intangible assets		1,478	-
Dividends received from subsidiaries	10	30,000	-
Investments	10	(50,749)	(101,975)
<b>NET CASH USED IN INVESTING ACTIVITIES</b>		<u>(30,725)</u>	<u>(114,170)</u>
<b>CASH FLOW FROM FINANCING ACTIVITIES</b>			
Payments of loans and financing - principal		(443,268)	(157,317)
Funds of loans and financing		419,242	240,345
Payment of dividends and interest on capital		(357,611)	(303,076)
Capital increase through subscription of shares	17.a	5,522	9,743
<b>NET CASH USED IN FINANCING ACTIVITIES</b>		<u>(376,115)</u>	<u>(210,305)</u>
<b>DECREASE IN CASH AND CASH EQUIVALENTS</b>			
		<u>(34,967)</u>	<u>(77,427)</u>
Cash and cash equivalents at beginning of period		254,463	87,513
Cash and cash equivalents at end of period		219,496	10,086
<b>DECREASE IN CASH AND CASH EQUIVALENTS</b>		<u>(34,967)</u>	<u>(77,427)</u>
Additional statements of cash flows information-			
Guaranteed accounts limits without utilization		<u>197,320</u>	<u>197,320</u>

The accompanying notes are an integral part of these condensed financial statements.



(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

NOTES TO THE CONDENSED INDIVIDUAL INTERIM FINANCIAL STATEMENTS  
FOR THE QUARTER ENDED JUNE 30, 2010

(Amounts in thousands of Brazilian reais - R\$, unless otherwise stated)

---

1. OPERATIONS

Natura Cosméticos S.A. (the “Company”) is a publicly-traded company, headquartered in Itapecerica da Serra, São Paulo State, registered with São Paulo Stock Exchange (BM&FBOVESPA).

The Company’s activities include the development, production, distribution and sale, substantially through direct sales by Natura Beauty Consultants, of cosmetics, fragrances, and hygiene products. The Company also holds equity interests in other companies in Brazil and abroad.

2. PRESENTATION OF FINANCIAL STATEMENTS AND  
SIGNIFICANT ACCOUNTING PRACTICES

The individual interim financial statements have been prepared and are being presented in conformity with Brazilian accounting practices and the standards established by the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), in accordance with Corporate Law, including the changes introduced by Law 11638/07 and Provisional Act 449/08, converted into Law 11941/09, including the Pronouncements issued by the Accounting Pronouncements Committee (CPC), consistently applied with accounting practices described in note 2 to the Company’s annual financial statements for the year ended December 31, 2009, disclosed on February 24, 2010.

The individual interim financial statements are being presented and disclosed in conformity with CPC 21 - Interim Financial Reporting. These individual interim financial statements, in condensed presentation, do not include all the presentation and disclosure requirements of the annual financial statements, and, therefore, should be read together with the Company’s annual financial statements for the year ended December 31, 2009.

Additionally, in compliance with article 3 of CVM Resolution 603/09, the Company opted for the early adoption of the Technical Pronouncements, Interpretations and Guidance issued by the CPC in 2009 for the preparation of the annual financial statements for the year ended December 31, 2009. Therefore, in preparing these individual interim financial statements for the quarter ended June 30, 2010 and retrospectively to the individual interim financial statements for the quarter ended June 30, 2009, such Pronouncements, Interpretations and Guidance were consistently applied with the annual financial statements.

As a result of the effects of the adoption of these accounting practices on the statement of income for the six-month period ended June 30, 2009, classified in “Retained earnings (accumulated losses)” in shareholders’ equity, which were previously recorded without the application of these new Pronouncements, are as follows:

Under Laws 11638/07 and 11941/09 accounting practices (prior to CPC Pronouncements issued in 2009)	<u>309,473</u>
Adjustments for changes in accounting practices - CPC Pronouncements issued:	
Elimination of unrealized profits on inventories (b)	(2,341)
Equity in subsidiaries (a)	<u>(161)</u>
Total adjustments, net of taxes	<u>(2,502)</u>
Under Laws 11638/07 and 11941/09 accounting practices (after adoption of CPC Pronouncements issued in 2009)	<u>306,971</u>

- (a) Refers to the adjustments, net of taxes, resulting from changes in accounting practices, arising on the equity in direct subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. related to interest on capitalized loans on eligible assets pursuant to CPC 20 - Borrowing Cost and the deemed cost of the inflation adjustment of property, plant and equipment during the hyperinflationary period pursuant to CPC 37 - First-time Adoption of IFRSs.
- (b) Amounts recorded net of taxes and eliminated only in the Company, since, for purposes of presentation of the consolidated financial statements, the Company already eliminated these unrealized profits.

The description of all the changes arising from the early adoption of the Technical Pronouncements, Interpretations and Guidance issued in 2009 is disclosed in note 3 to the Company’s annual financial statements for the year ended December 31, 2009, disclosed on February 24, 2010.

The preparation of financial statements requires Management to make estimates and assumptions to report certain assets, liabilities and other transactions, such as the recognition of necessary reserves for tax, civil and labor risks, losses related to trade accounts payable and inventories, and realization of deferred income tax and social contribution, which represent Management’s best estimate of future events. Actual results could differ from those estimates.

### 3. CASH AND CASH EQUIVALENTS

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Cash and banks	2,736	12,010
Short-term investments-		
Bank Certificates of Deposit (CDBs) - floating rate	<u>216,760</u>	<u>242,453</u>
	<u>219,496</u>	<u>254,463</u>

As of June 30, 2010 and December 31, 2009, CDBs carry interest at rates ranging from 100.0% to 103.1% of the Interbank Deposit Rate (CDI).

CDBs are classified by the Company's Management as "Cash and cash equivalents" as they may be redeemed immediately subject to an insignificant risk of change in value.

#### 4. TRADE ACCOUNTS RECEIVABLE

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Trade accounts receivable	438,280	462,303
Allowance for doubtful accounts	<u>(51,334)</u>	<u>(47,658)</u>
	<u>386,946</u>	<u>414,645</u>

The aging list of trade accounts receivable is as follows:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Current	305,415	355,402
Past due:		
Up to 30 days	90,101	73,330
31 to 60 days	14,132	9,757
61 to 90 days	7,144	6,655
91 to 180 days	<u>21,488</u>	<u>17,159</u>
	<u>438,280</u>	<u>462,303</u>

The changes in the allowance for doubtful accounts for the six-month period ended June 30, 2010 are as follows:

Balance as of 12/2009	Additions	Reversals (*)	Balance as of 06/2010
<u>(47,658)</u>	<u>(7,001)</u>	<u>3,325</u>	<u>(51,334)</u>

(\*) Refers to accounts over 180 days past due, written off due to uncollectibility.

The allowance for doubtful account expenses were recorded in "Selling expenses" in the statement of income. When recovery of additional cash is less than probable, the amounts credited to "Allowance for doubtful accounts" are, in general, reversed against the definite write-off of the receivable against income.

Maximum exposure to credit risk at the reporting date is the carrying amount of each aging range, as shown in the aging list above. The Company does not have any guarantee for past-due receivables.

5. INVENTORIES

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Finished products	129,027	95,202
Promotional material	6,910	5,634
Allowance for inventory losses	<u>(10,337)</u>	<u>(6,498)</u>
	<u>125,600</u>	<u>94,338</u>

The changes in the allowance for inventory losses for the six-month period ended June 30, 2010 are as follows:

<u>Balance as of 12/2009</u>	<u>Additions (a)</u>	<u>Write-offs (b)</u>	<u>Balance as of 06/2010</u>
<u>(6,498)</u>	<u>(5,900)</u>	<u>2,061</u>	<u>(10,337)</u>

(a) Refers mainly to the recognition of the allowance for discontinuation, expiration and quality losses, according to the actual need to cover expected losses on the realization of inventories and the policy established by the Company.

(b) Refer to write-offs of products discarded by the Company.

6. RECOVERABLE TAXES

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Refundable ICMS - ST on interstate sales - SP (*)	76,119	89,767
Refundable ICMS - ST on interstate sales - RS	21,499	20,967
ICMS - ST - SC	476	3,335
ICMS on purchase of property, plant and equipment	3,025	3,836
PIS and COFINS on purchase of goods	11,273	8,448
IRRF	25	-
Other	<u>1,677</u>	<u>1,104</u>
	<u>114,094</u>	<u>127,457</u>
Current	36,667	93,760
Noncurrent	<u>77,427</u>	<u>33,697</u>

(\*) Refers to the State Tax Substitution System VAT (ICMS - ST) amount that has been separately disclosed and withheld on a monthly basis on the Company's products sold and shipped to customers located in other States (the Federal District and States) other than the São Paulo, pursuant to São Paulo State tax legislation in effect since February 2008.

Under the Special Regime granted to the Company by São Paulo State Department of Finance (SeFaz - SP) in January 2009, when determining monthly Company's ICMS, since February 2008, it is allowed to offset an amount equivalent to 75% of the ICMS - ST, arising from subsequent transactions not carried out in São Paulo State. The remaining recoverable ICMS - ST balance, equivalent to 25%, will only be utilized by the Company after an administrative inspection by tax authorities.

This Special Regime is suspended since April 2009 so that the Company files with tax authorities its accessory obligations in the format required by the Special Regime and Tax Administration Coordinator (CAT) Administrative Rule 17/99, and, by June 30, 2010, the Company had complied with all the requirements related to the documentation requested by tax authorities.

Refundable credits broken down by month are as follows:

<u>Calculation period</u>	<u>06/2010</u>			<u>12/2009</u>		
	<u>75% portion</u>	<u>25% portion (i)</u>	<u>Calculation period</u>	<u>75% portion</u>	<u>25% portion (i)</u>	<u>Calculation period</u>
February to March 2008	-	4,762	4,762	-	506	506
April to June 2008	-	8,885	8,885	-	2,603	2,603
June to September 2008	-	7,275	7,275	-	3,906	3,906
October to December 2008	-	7,888	7,888	-	5,479	5,479
January to March 2009	-	6,054	6,054	-	3,774	3,774
April to June 2009	-	6,506	6,506	12,314	4,105	16,419
June to September 2009	-	7,666	7,666	15,005	5,002	20,007
October to December 2009	-	7,170	7,170	15,090	5,030	20,120
January to March 2010	-	7,754	7,754	-	-	-
April to June 2010	<u>5,965</u>	<u>10,287</u>	<u>16,252</u>	-	-	-
Subtotal	5,965	74,247	80,212	42,409	30,405	72,814
Crédits offset in advance (ii)	(4,093)	-	(4,093)	-	-	-
Credits recorded upon voluntary tax payment (calculated between February and May 2008)	-	-	-	-	-	<u>16,953</u>
Total ICMS - ST - SP credits	<u>1,872</u>	<u>74,247</u>	<u>76,119</u>	<u>42,409</u>	<u>30,405</u>	<u>89,767</u>

(i) Classified as noncurrent assets.

(ii) Credits offset due to a change in the offset methodology adopted by the São Paulo State Finance Department (SeFaz - SP).

In the second quarter of 2010, the Company obtained authorization from São Paulo State Department of Finance (SeFaz - SP) to receive back R\$55,141 related to the 75% portion of ICMS - ST levied on sales made outside the State of São Paulo from March 2009 to May 2010. This balance was offset by the Company in the second quarter of 2010.

In addition, SeFaz - SP changed the methodology used to segregate between the 75% and 25% portions, which resulted in R\$30,269 being transferred from the 75% to the 25% portion.

The refund of the 25% installment amount of the ICMS - ST credits depends on ratification by State Tax Authorities and is recognized in noncurrent assets due to the lack of a reasonable time estimate for the completion of said tax verification.

## 7. INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION

### a) Deferred

Deferred Corporate Income Tax (IRPJ) and Social Contribution on Net Profits (CSLL) result from temporary differences. These credits are recorded in noncurrent assets, as required by CPC 26 - Presentation of Financial Statements. The amounts are as follows:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Allowance for doubtful accounts (note 4)	17,454	16,204
Allowance for losses on inventories realization (note 5)	3,515	2,209
Reserve for tax, civil and labor contingencies (note 15)	18,349	20,224
Sales revenue recognition cut-off	6,700	6,581
Non-inclusion of ICMS in the PIS and COFINS basis (note 14)	552	534
Allowance for losses on swap and forward contracts (note 20)	272	2,335
Provision for ICMS - ST - Paraná State, Federal District and Mato Grosso do Sul State (note 14)	10,993	10,970
Allowance for losses on advances to suppliers	4,922	4,483
Accrued royalties and partnerships	7,054	4,553
Actuarial liability - healthcare plan	1,388	811
Accrued contractual obligations	-	733
Provision for profit sharing	886	1,761
Other temporary differences	<u>5,589</u>	<u>11,554</u>
	<u>77,674</u>	<u>82,952</u>

Changes in deferred income tax and social contribution assets in the six-month period ended June 30, 2010 are stated as follows:

	<u>12/2009</u>	(Debited) from credited to the statement <u>of income</u>	<u>06/2010</u>
Allowance for doubtful accounts	16,204	1,250	17,454
Allowance for losses on inventories realization	2,209	1,306	3,515
Reserve for tax, civil and labor contingencies	20,224	(1,875)	18,349
Sales revenue recognition cut-off	6,581	119	6,700
Non-inclusion of ICMS in the PIS and COFINS basis	534	18	552
Allowance for losses on swap and forward contracts	2,335	(2,063)	272
Provision for ICMS - ST - Paraná State, Federal District and Mato Grosso do Sul State	10,970	23	10,993
Allowance for losses on advances to suppliers	4,483	439	4,922
Accrued royalties and partnerships	4,553	2,501	7,054
Actuarial liability - healthcare plan	811	577	1,388
Accrued contractual obligations	733	(733)	-
Provision for profit sharing	1,761	(875)	886
Other temporary differences	<u>11,554</u>	<u>(5,965)</u>	<u>5,589</u>
	<u>82,952</u>	<u>(5,278)</u>	<u>77,674</u>

Management, based on expected future taxable income, estimates that the recorded tax credits will be fully realized within five years.

The amounts recorded as deferred income tax and social contribution will be realized as follows:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
2010 and 2011	64,761	68,574
2012	6,665	7,421
2013 and thereafter	<u>6,248</u>	<u>6,957</u>
	<u>77,674</u>	<u>82,952</u>

b) Current

Reconciliation of income tax and social contribution:

	<u>06/2010</u>	<u>06/2009</u>
Income before income tax and social contribution	480,637	357,452
Income tax and social contribution at the rate of 34%	(163,417)	(121,533)
Technological research and innovation benefit - Law 11196/05 (*)	8,866	4,506
Tax incentives - donations	2,600	645
Equity in subsidiaries (note 10)	458	(7,187)
Interest on capital	6,197	19,538
Transitional Tax Regime (RTT) - other adjustments due to the changes in accounting practices - Law 11638/07 and Provisional Act 449/08:		
Utilization of goodwill for tax purposes	-	44,385
Other adjustments of Law 11638/07 and Provisional Act 449/08	792	(707)
Other permanent differences	<u>(3,081)</u>	<u>9,872</u>
Income tax and social contribution expenses	<u>(147,585)</u>	<u>(50,481)</u>
Income tax and social contribution - current	(142,307)	(61,329)
Income tax and social contribution - deferred	<u>(5,278)</u>	<u>10,848</u>
Effective rate - %	<u>30.7</u>	<u>14.1</u>

(\*) Refers to the tax benefit established by Law 11196/05, which allows for the direct deduction from the calculation of taxable income and the social contribution tax basis of the amount corresponding to 60% of the total expenses on technological research and innovation, observing the rules established in said Law.

8. RELATED PARTIES

Receivables from and payables to related parties are as follows:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Current assets:		
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (a)	9,102	12,171
Natura Logística e Serviços Ltda. (b)	<u>11,687</u>	<u>14,586</u>
	<u>20,789</u>	<u>26,757</u>
Advance for future capital increase-		
Flora Medicinal J. Monteiro da Silva Ltda.	<u>-</u>	<u>90</u>
	<u>-</u>	<u>90</u>



	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Current liabilities-		
Suppliers:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	124,625	153,509
Natura Logística e Serviços Ltda. (d)	27,618	27,627
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (e)	<u>22,068</u>	<u>30,455</u>
	<u>174,311</u>	<u>211,591</u>
Dividends and interest on capital payable	<u>163</u>	<u>174</u>

(a) Refers to advances granted for provision of product and technology development and market research services.

(b) Refers to advances granted for provision of logistics and general administrative services.

(c) Payables relating to products purchased.

(d) Payables relating to logistics and general administrative services.

(e) Payables relating to product and technology development and market research services.

#### Other related-party transactions

In May 2010, the Company entered into a sponsorship agreement for the production of a feature film with an associated producer, Imaginação Filmes Ltda. The wife of Mr. Antonio Luiz da Cunha Seabra (shareholder of the Company's controlling group) is a shareholder of this company. The sponsorship refers to the production of a feature film in the total amount of R\$4,000, with the Company being the project's major sponsor. On the other hand, the Company will be allowed to publicize its brand and perform communication actions of said feature. The launch is scheduled for the second half of 2012 and the first half of 2013. In the first half of 2010, the Company had already contributed R\$1,000 to sponsor the feature.

## 9. ESCROW DEPOSITS

Represent Company's restricted assets related to amounts deposited and held by the courts until the litigation to which they are linked is resolved.

The Company's escrow deposits on June 30, 2010 and December 31, 2009 are as follows:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
ICMS - ST (*)	37,343	29,162
ICMS - ST suspended collection (*) (note 14.(b))	142,901	110,640
Unaccrued tax lawsuits	29,589	25,581
Accrued tax lawsuits (note 15)	17,498	17,039
Unaccrued civil lawsuits	312	313
Accrued civil lawsuits (note 15)	246	231
Unaccrued labor lawsuits	3,230	2,994
Accrued labor lawsuits (note 15)	<u>1,696</u>	<u>1,696</u>
	<u>232,815</u>	<u>187,656</u>

(\*) Refers to the ICMS - ST declaratory action filed by Paraná State, the Federal District and Mato Grosso do Sul State, as discussed in notes 14.(b) and 15 - “Contingent tax liabilities - possible risk”, item (a).

#### 10. INVESTMENTS

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Investments in subsidiaries	<u>1,006,516</u>	<u>1,000,600</u>

Natura Cosméticos S.A.

Changes for the six-month period ended June 30, 2010

	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	Natura Cosméticos S.A. - Chile	Natura Cosméticos S.A. - Peru	Natura Cosméticos S.A. - Argentina	Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	Flora Medicinal J. Monteiro da Silva Ltda.	Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (*)	Natura Cosméticos de México S.A. (*)	Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	Natura (Brazil) International B.V. - The Netherlands (*)	Natura Cosméticos España S.L.	Total
Capital	526,155	88,248	5,494	82,315	6,438	33,623	5,008	110,498	31,665	55,654	9	945,107
Ownership interest	99.99%	99.99%	99.94%	99.97%	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%	100.00%	100.00%	
Shareholders' equity (deficit) of subsidiaries	882,570	21,779	4,020	37,706	(1,348)	(674)	34,730	27,596	9,770	9,560	60	1,025,769
Interest in shareholders' equity	882,482	21,777	4,018	37,695	(1,348)	(674)	34,727	27,593	9,769	9,560	60	1,025,659
Net income (losses) on the six-month period of subsidiaries, net of exchange variation on translation of foreign investments	42,554	(3,047)	603	(12,631)	(2,258)	(230)	1,364	(8,810)	(5,918)	(10,277)	-	1,341
<u>Carrying amount of investments</u>												
Balances as of December 31, 2009	836,851	24,074	3,769	30,908	511	-	61,713	25,315	6,535	10,864	60	1,000,600
Equity in subsidiaries	42,550	(3,047)	603	(12,631)	(2,258)	(230)	1,364	(8,809)	(5,917)	(10,277)	-	1,348
Exchange rate change and other adjustments in the translation of investments in foreign subsidiaries	-	(630)	(354)	31	134	-	-	1,257	(196)	(1,563)	-	(1,320)
Company's contribution to the stock options plan subsidiaries' employees	635	-	-	-	-	-	1,650	-	-	-	-	2,285
Reclassification of profits on inventories not eliminated	(17,146)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17,146)
Payment of dividends	-	-	-	-	-	-	(30,000)	-	-	-	-	(30,000)
Capital increase	-	1,380	-	19,391	265	-	-	9,830	9,347	10,536	-	50,749
Balances as of June 30, 2010	<u>862,890</u>	<u>21,777</u>	<u>4,018</u>	<u>37,700</u>	<u>(1,348)</u>	<u>(230)</u>	<u>34,727</u>	<u>27,593</u>	<u>9,769</u>	<u>9,560</u>	<u>60</u>	<u>1,006,516</u>
<u>Provision for losses</u>												
Balances as of December 31, 2009	-	-	-	-	-	(565)	-	-	-	-	-	(564)
Merger of advance for future capital increase (AFAC)	-	-	-	-	-	121	-	-	-	-	-	120
Increase in provision for losses	-	-	-	-	-	(230)	-	-	-	-	-	(230)
Balances as of June 30, 2010	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(674)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(674)</u>

(\*) Consolidated information of the following companies:

Natura Cosméticos - Mexico: Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.; Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.; and Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.

Natura Europa SAS: Natura (Brasil) International B.V. (The Netherlands), Natura Brasil Inc. (USA - Delaware), Natura International Inc. (USA - New York), Natura International Inc. (USA - Nevada), Natura Worldwide Trading Company (Costa Rica), Natura Europa SAS (France) and Natura Brasil SAS (France).

Natura (Brasil) International B.V. - The Netherlands: Natura Europa SAS - France and Natura Cosmetics USA Co.

## 11. PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT AND INTANGIBLE ASSETS

PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT	Average rate weighted annual depreciation - %	06/2010			12/2009		
		Adjusted cost	Accumulated depreciation	Net book value	Adjusted cost	Accumulated depreciation	Net book value
Vehicles	29	31,289	(17,201)	14,088	31,358	(13,259)	18,099
Leasehold improvements (*)	9	20,749	(6,519)	14,230	19,246	(5,627)	13,619
Machinery and equipment	9	15,225	(2,540)	12,685	13,478	(2,039)	11,439
Furniture and fixtures	9	6,179	(2,892)	3,287	5,676	(2,479)	3,197
IT equipment	19	7,146	(4,770)	2,376	6,507	(4,337)	2,170
Projects in progress	-	85	-	85	1,212	-	1,212
Advances to suppliers	-	<u>4,097</u>	<u>-</u>	<u>4,097</u>	<u>639</u>	<u>-</u>	<u>639</u>
		<u>84,770</u>	<u>(33,922)</u>	<u>50,848</u>	<u>78,116</u>	<u>(27,741)</u>	<u>50,375</u>

  

INTANGIBLE ASSETS	Average rate weighted annual depreciation - %	06/2010			12/2009		
		Adjusted cost	Accumulated depreciation	Net book value	Adjusted cost	Accumulated depreciation	Net book value
Software	19	<u>21,121</u>	<u>(9,155)</u>	<u>11,966</u>	<u>19,441</u>	<u>(7,914)</u>	<u>11,527</u>

(\*) The depreciation rates consider the terms of the property lease agreements.

### Additional information on property, plant and equipment

As of June 30, 2010, there was no significant change in the breakdown of inactive property, plant and equipment and property, plant and equipment pledged as collateral of bank loans and financing and attached to defenses in lawsuits as compared to the balances as of December 31, 2009, as described in note 13 to the annual financial statements for the year ended December 31, 2009, disclosed on February 24, 2010.

### Changes in property, plant and equipment

	06/2010	12/2009
Balances at beginning of six-month period/year	<u>50,375</u>	<u>37,865</u>
Additions (less transfers from projects in progress - when terminated):		
Machinery and equipment	1,748	5,061
Projects in progress/advances to suppliers	5,980	7,787
Vehicles	1,766	11,094
IT equipment	32	980
Furniture and fixtures	177	432
Other	<u>71</u>	<u>627</u>
	<u>9,774</u>	<u>25,981</u>
(-) Write-offs, net	(2,759)	(3,552)
(-) Depreciation	<u>(6,542)</u>	<u>(9,919)</u>
Balances at end of six-month period/year	<u>50,848</u>	<u>50,375</u>

Changes in intangible assets

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Balances at beginning of six-month period/year	11,527	9,008
Additions-		
Software (including implementation costs)	1,681	4,587
(-) Write-offs and other, net	-	(69)
(-) Amortization	<u>(1,242)</u>	<u>(1,999)</u>
Balances at end of six-month period/year	<u>11,966</u>	<u>11,527</u>

The Company completed the periodic analysis of the remaining useful lives of property, plant and equipment items and intangible assets, as regulated by ICPC 10 - Clarifications on Technical Pronouncements CPC 27 - Property, Plant and Equipment and CPC 28 - Investment Property. These effects were recorded on January 1, 2010. As a result of the revision of this accounting estimated, which had the objective of aligning the remaining useful lives of the assets and, consequently, the remaining depreciation with the residual lives of the assets, the Company recorded an impact, credited to depreciation for the first quarter of 2010, as compared to the depreciation recorded in the previous period, totaling R\$222.

12. INTANGIBLE ASSETS - GOODWILL ON INVESTMENTS

On March 5, 2004, Natura Participações S.A. was merged into the Company. Natura Participações S.A. had recorded goodwill on the investment in Natura Empreendimentos S.A., amounting to R\$1,028,041, and a corresponding provision for maintenance of future dividend payment capacity in the same amount. This goodwill arose from the merger of the shares of Natura Empreendimentos S.A. into Natura Participações S.A. on December 27, 2000. This merger was approved by the Extraordinary Shareholders' Meeting held on that date, and the amounts are supported by a valuation report issued by independent appraisers.

The amounts are as follows:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Goodwill on investments	318,203	318,203
Provision for maintenance of future dividend payment capacity	<u>(318,203)</u>	<u>(318,203)</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

The provision for maintenance of future dividend payment capacity, as it is in the full amount, will result in the recognition of the goodwill amortization tax benefits for all of the Company's shareholders.

Considering the changes in accounting practices introduced by Law 11638/07 and Provisional Act 449/08, converted into Law 11941/09, since January 1, 2009 the existing goodwill balance as of December 31, 2008 has no longer been amortized, and the provision for future dividends, covering the full dividend amount, has no longer been reversed. Accordingly, as of January 1, 2009 to December 31, 2009, the goodwill tax benefit has been used in monthly calculations of income tax and social contribution based on the Transitional Tax Regime (RTT), in accordance with the provisions of Provisional Act 449/08, whose effects are mentioned in note 7.b).

### 13. LOANS AND FINANCINGS

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>	<u>Reference</u>
<u>Local currency</u>			
Promissory notes	-	350,856	
Debentures	351,928	-	A
BNDES (a)	26,174	29,549	B
Guaranteed account	-	180	
BNDES	<u>378,102</u>	<u>380,585</u>	
<u>Foreign currency</u>			
BNDES (a)	3,009	2,922	B
Resolution 4131 (a)	72,182	-	C
Resolution 2770 (a)	-	111,791	D
Total foreign currency	<u>75,191</u>	<u>114,712</u>	
Grand total	<u>453,293</u>	<u>495,297</u>	
Current	81,744	469,590	
Noncurrent	<u>371,549</u>	<u>25,707</u>	

Natura Cosméticos S.A.

<u>Reference</u>	<u>Currency</u>	<u>Maturity</u>	<u>Charges</u>	<u>Collaterals</u>
A	Real	May 2013	Interest of 108% of CDI (c)	N/A
B	Real	January 2016	(i) TJLP (b) + interest of 2.8% p.y. for 85% of the debt; (ii) exchange rate change (dollar) + interest of 8.54% p.y. for 9% of the debt; and (iii) TJLP (b) + interest of 2.3% p.y. for 6% of the debt	Bank guarantee
C	USD	July 2010	Exchange rate change + 0.75% p.y.	N/A
D	Yen	January 2010	Exchange variation + 2.11% p.y.	Guarantee of Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.

(a) Loans and financing for which swap contracts (CDI) were entered into.

(b) TJLP - Long-term Interest Rate.

(c) CDI - Interbank Deposit Rate.

Maturities of noncurrent liabilities are as follows:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
2011	3,289	6,657
2012	6,579	6,657
2013	355,621	6,657
2014	4,486	4,470
2015 and thereafter	<u>1,574</u>	<u>1,266</u>
	<u>371,549</u>	<u>25,707</u>

a) Description of the main current bank loan and financing agreements:

Simple non-convertible debentures

On May 31, 2010, the Company filed with the CVM the notice of end of issuance of simple non-convertible debentures, in the amount of R\$350 million due on May 26, 2013, pursuant to CVM Instruction 476/09. The proceeds from this issuance were used to extend the average term of the Company's debts, with the full settlement of the promissory notes issued in December 2009.

Debentures payable are recorded net of issuance costs, as shown below:

	<u>06/2010</u>
<u>Current</u>	
Debentures	3,387
Issuance costs	<u>(501)</u>
Total current	<u>2,886</u>
<u>Noncurrent</u>	
Debentures	350,000
Issuance costs	<u>(958)</u>
Total noncurrent	<u>349,042</u>
Total	<u>351,928</u>

The debentures' issuance costs will be recorded in income (expenses) over the transaction term, as shown below:

	<u>R\$</u>
2010	250
2011	500
2012	500
2013	<u>209</u>
Total	<u>1,459</u>



Other agreements

For a complete description of the bank loan and financing agreements effective as of June 30, 2010 and December 31, 2009, refer to note 14, item a) to the annual financial statements for the year ended December 31, 2009, disclosed on February 24, 2010.

b) Restrictive covenants

As of June 30, 2010 and December 31, 2009, financing and loan agreements entered into by the Company do not contain restrictive covenants establishing obligations as to the maintenance of financial ratios by the Company.

14. TAXES PAYABLE

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
ICMS Company and ST payable (b)	178,701	150,095
PIS/COFINS payable (injunction) (a)	1,622	1,570
IRPJ and CSLL payable (d)	93,591	15,520
IRPJ and CSLL (injunction) (c)	22,904	13,624
IRRF	3,438	5,436
PIS/COFINS/CSLL	2,769	4,100
Other	<u>63</u>	<u>275</u>
	<u>303,088</u>	<u>190,620</u>
Escrow deposits (b) (note 9)	<u>(142,901)</u>	<u>(110,640)</u>

(a) The Company is challenging in court the inclusion of ICMS in the tax basis of PIS and COFINS (taxes on revenue). In June 2007, the Company was authorized by the court to pay PIS and COFINS without the inclusion of ICMS in the tax basis, starting April 2007. The reserve recognized as of June 30, 2010 refers to the unpaid amounts of PIS and COFINS, from April 2007 to June 2010 adjusted based on the SELIC (Central Bank overnight) rate. Part of the balance, in the adjusted amount of R\$1,622, is deposited in escrow.

(b) As of June 30, 2010, for the Company, the amounts of R\$114,380, R\$23,840 and R\$4,681 refer to the ICMS - ST for the Paraná State, Federal District and Mato Grosso do Sul State, respectively (R\$95,834 for the Paraná State and R\$14,806 for the Federal District as of December 31, 2009), which is being challenged in court, as also mentioned in note 15 - "Contingent tax liabilities - possible risk", items (a) and (b). The Company has made monthly escrow deposits for the unpaid amounts.

- (c) On February 4, 2009, the Company was granted an injunction, subsequently confirmed by court decision, that suspended the collection of income tax and social contribution on any amounts received as arrears interest, paid on late payment of contractual obligations receivables to the Natura Beauty Consultants. The appeal filed by the Federal Government is awaiting judgment. The balances recorded as of June 30, 2010 refer to the unpaid amounts determined from March 2009 to June 2010, whose collection is fully suspended, which are adjusted for inflation using the SELIC rate.
- (d) Goodwill on the merger of Natura Participações S.A. and Natura Empreendimentos S.A. shares was fully amortized for tax purposes by the close of the financial statements for the year ended December 31, 2009, and thus income tax and social contribution and, as a result, these taxes' balance payable for the six-month period ended June 30, 2010 increased by R\$12,483 as compared to the balance payable on December 31, 2009.

Additionally, beginning January 1, 2010, the Company started to adopt the quarter taxable income calculation system instead of the annual taxable income calculation adopted until December 31, 2009, which also contributed to the increase of the balances of income tax and social contribution payable for the six-month period ended June 30, 2010, due to the concentration of payments in the month subsequent to the calculation quarter.

#### 15. RESERVE FOR TAX, CIVIL AND LABOR CONTINGENCIES

The Company is party to tax, labor and civil lawsuits and administrative tax proceedings. Management believes, supported by the opinion and estimates of its legal counsel, that the reserves for tax, civil and labor contingencies are sufficient to cover possible losses. These reserves, net of escrow deposits, are as follows:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Tax	38,159	41,856
Civil	6,688	8,469
Labor	<u>13,414</u>	<u>13,448</u>
	<u>58,261</u>	<u>63,773</u>
Current	-	1,465
Noncurrent	<u>58,261</u>	<u>62,308</u>

#### Tax contingencies

Changes in the reserves for tax contingencies are as follows:

Changes between June 30, 2010 and December 31, 2009

	<u>12/2009</u>	<u>Additions</u>	<u>Reversals</u>	<u>Inflation adjustment</u>	<u>06/2010</u>
Late payment fines on federal taxes paid in arrears (a)	1,024	-	(72)	22	974
Inflation adjustment of federal taxes (IRPJ/CSLL/ILL) according to the UFIR (fiscal reference unit) (b)	5,181	-	-	217	5,398
IPI - tax collection lawsuit (c)	4,952	-	(4,970)	18	-
Tax notification - INSS (d)	2,743	-	-	59	2,802
IRPJ and CSLL tax assessment - legal fees (e)	5,799	-	-	86	5,885
Legal fees and other (f)	11,664	2,032	(1,624)	348	12,420
Deductibility of CSLL (Law 9316/96) (h)	7,295	-	-	122	7,417
Tax notification - IRPJ 1990 (g)	<u>3,198</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65</u>	<u>3,263</u>
Total reserve for tax contingencies	<u>41,856</u>	<u>2,032</u>	<u>(6,666)</u>	<u>937</u>	<u>38,159</u>
Escrow deposits (note 9)	<u>(17,039)</u>	<u>-</u>	<u>560</u>	<u>(1,019)</u>	<u>(17,498)</u>

(a) Refers to fine for late payment of federal taxes.

(b) Refers to the inflation adjustment of federal taxes (IRPJ/CSLL/ILL) related to 1991 based on the UFIR (fiscal reference unit), discussed in an injunction. The amount involved is deposited in escrow. The Company filed a motion for the withdrawal of this lawsuit on February 26, 2010 to be able to utilize the benefits granted under Law 11941/09, which creates a program for the payment and refinancing of tax debts.

(c) Refers to a tax collection lawsuit intended to collect IPI for July 1989, when wholesale establishments began to be considered equivalent to industrial establishments under Law 7798/89. The lawsuit is in the 3<sup>rd</sup> Region Federal Court (São Paulo) for judgment of the appeal filed by the debtor. The amounts involved in this tax collection lawsuit are collateralized by restricted investment held by the subsidiary Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda., in the amount of R\$5,849 as of June 30, 2010 (R\$5,769 as of December 31, 2009). The balance of the reserve for this lawsuit was reversed in the first quarter of 2010 because of the change in the likelihood of loss from probable to possible based on the analysis carried out by the Company's legal counsel.

(d) Refers to INSS (social security contribution) required by tax assessments issued by the National Institute of Social Security as a result of an inspection. The Company, as a taxpayer having joint liability for tax payment, is required to pay INSS on services provided by third parties. The amounts are discussed in court through a tax debt annulment action and are deposited in escrow. The amounts required in the tax assessment notice cover the period from January 1990 to October 1999. In 2007, the Company reversed the amount of R\$1,903, relating to the expiration of part of the amount involved in the lawsuit for the period from January 1990 to October 1994, as recently instructed under Case Law Decision 8 of the Federal Supreme Court (STF). On March 1, 2010, the Company filed a request that withdraws part of the claims made and

partially waiving its right to utilize the benefits granted under Law 11941/09 regarding the social security contributions due by the companies that provided services to the Company during the period from November 1994 to December 1998.

- (e) Refers to attorneys' fees for the defense in the tax assessment notices issued against the Company in December 2006 and December 2007 by the Federal Revenue Service, claiming the payment of income tax and social contribution on the deductibility of the yield of debentures issued by the Company for fiscal years 2001 and 2002, respectively. The legal counsel's opinion is that the likelihood of unfavorable outcome in these tax assessment notices is remote.

A final and unappealable administrative decision on the tax assessment notice issued against the Company in August 2003 challenging the deductibility, in fiscal year 1999, was issued on January 2010 that maintains part of the income tax assessed and the whole of the social contribution. After this decision, the Company filed, on April 7, 2010, a lawsuit claiming the cancellation of the assessed income tax and social contribution. Our legal counsel considers that the likelihood of an unfavorable outcome is remote.

- (f) The balance refers to lawyers' fees to defend the Company's interests in tax lawsuits. For the balances as of June 30, 2010 and December 31, 2009, the amount of R\$4,000 refers to lawyers' fees to prepare the defense against an IRPJ and CSLL infringement notification against the Company, issued on June 30, 2009, which challenges the tax deductibility of goodwill amortization carried out as detailed in note 12. It is the opinion of the Company's legal counsel that, as structured, the transaction and its tax effects can be upheld in a court of law and thus the risk of loss is classified as remote.
- (g) Refers to a tax assessment notice issued by the Federal Revenue Service claiming the payment of income tax on the earnings obtained on exports entitled to tax benefits carried out in fiscal year 1989, at the rate of 18% (Law 7988, of December 29, 1989) and not 3%, as set out in article 1 of Decree Law 2413/88, used by the Company at the time to pay its taxes.
- (h) Refers to CSLL that was addressed by an injunction that questions the constitutionality of Law 9316/96, which prohibited the deduction of CSLL from its own tax basis and the IRPJ basis. A portion of this reserve, in the amount of R\$5,402 (R\$5,272 as of December 31, 2009), is deposited in escrow.

Civil contingencies

Changes between June 30, 2010 and December 31, 2009

	<u>12/2009</u>	<u>Additions</u>	<u>Reversals</u>	<u>Payments</u>	<u>Inflation adjustment</u>	<u>06/2010</u>
Civil lawsuits (a)	5,111	2,162	(1,908)	(784)	141	4,722
Legal fees - environmental civil lawsuit (b)	1,363	-	-	-	48	1,411
Civil lawsuits and legal fees - Nova Flora Participações Ltda.	<u>1,995</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1,466)</u>	<u>26</u>	<u>555</u>
Total reserve for civil lawsuits	<u>8,469</u>	<u>2,162</u>	<u>(1,908)</u>	<u>(2,250)</u>	<u>215</u>	<u>6,688</u>
Escrow deposits (note 9)	<u>(231)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>(246)</u>
Current	1,465					-
Noncurrent	<u>7,004</u>					<u>6,688</u>

(a) As of June 30, 2010, the Company is party to 1,194 (1,578 as of December 31, 2009) civil lawsuits and administrative proceedings, of which 1,174 were filed with civil courts, special civil courts and the consumer protection agency (PROCON) by Natura Beauty Consultants, consumers, suppliers and former employees, most of which claiming compensation for damages.

(b) Refers to legal fees for the defense of the Company's interests in the public lawsuit filed by the Federal Public Prosecution Office of Acre against the Company and other institutions for alleged access to the traditional knowledge associated to the asset ("murumuru").

Labor contingencies

As of June 30, 2010, the Company is party to 583 labor lawsuits filed by former employees and third parties (641 as of December 31, 2009), claiming the payment of severance amounts, salary premiums, overtime and other amounts due, as a result of joint liability. Reserves are periodically reviewed based on the progress of lawsuits and history of losses on labor claims to reflect the best current estimate.

Changes between June 30, 2010 and December 31, 2009

	<u>12/2009</u>	<u>Additions</u>	<u>Reversals</u>	<u>Payments</u>	<u>06/2010</u>
Total reserve for labor contingencies	<u>13,448</u>	<u>971</u>	<u>(1,775)</u>	<u>770</u>	<u>13,414</u>
Escrow deposits (note 9)	<u>(1,696)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1,696)</u>

Contingent tax liabilities - possible risk

The Company is party to tax, civil and labor lawsuits, for which there is no reserve for losses recorded, because the risk of loss is considered possible by Management and its legal counsel. These lawsuits are as follows:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Tax:		
Declaratory action - ICMS - ST - (a)	37,343	29,162
Offset of 1/3 of COFINS - Law 9718/98 (b)	5,013	4,925
Tax notification - INSS (c)	8,969	4,456
Tax assessment - transfer pricing on loan agreements with foreign related company (d)	1,744	1,716
Tax debt notification - GFIP (e)	934	902
ICMS - ST - deficiency notice (f)	360	529
Request for offset of taxes of the same type - IRPJ and IRRF (g)	548	532
Other	<u>46,576</u>	<u>38,594</u>
	<u>101,487</u>	<u>80,816</u>
Civil	3,412	16,858
Labor	<u>54,034</u>	<u>48,986</u>
	<u>158,933</u>	<u>146,660</u>

(a) As of June 30, 2010, the balance is as follows:

1. ICMS - ST - Paraná State - R\$34,119 (R\$28,186 as of December 31, 2009) - lawsuit filed by the Company challenging the changes in ICMS - ST tax basis introduced by Paraná Decree 7018/06. The amount discussed in the lawsuit, related to the period from January 2007 to June 2010, is fully deposited in escrow, as mentioned in notes 9 and 14, and its collection is suspended.
  2. ICMS - ST - Federal District - R\$3,224 (R\$976 as of December 31, 2009) - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis. The amount under litigation, related to the period from February 2009 to June 2010, is fully deposited in escrow, as referred to in notes 9 and 14, and its collection is suspended.
- (b) Law 9718/98 increased the COFINS rate from 2% to 3%, and allowed this 1% difference to be offset in 1999 against the social contribution tax paid in the same year. However, in 1999, the Company filed for an injunction and obtained authorization to suspend the payment of the tax credit (1% rate difference) and to pay COFINS based on Supplementary Law 70/91, prevailing at that time. In December 2000, considering former unfavorable court decisions, the Company enrolled in the Tax Debt Refinancing Program (REFIS), for payment in installments of the debt related to the COFINS not paid in the period. With the payment of the tax, the Company gained the right to offset 1% of COFINS against social contribution tax, which was made in the first half of 2001. However, the Federal Revenue Service understands that the period for offset was restricted to base year 1999. On September 11, 2006, the Company was notified that the offsets made were not approved, and timely filed the applicable appeal. This proceeding is awaiting ruling at the lower administrative court.

- (c) Lawsuit filed by the Company seeking the annulment of the tax demanded by the INSS through a tax assessment notice issued for purposes of collecting the social security contribution on the allowance for vehicle maintenance paid to sales promoters. The amounts are discussed in the tax debt annulment action and are deposited in escrow. The amounts required in the assessment notice cover the period from January 1995 to October 1999.
- (d) Refers to a tax assessment notice whereby the Federal Revenue Service is demanding the payment of IRPJ and CSLL on the difference of interest on loan agreements with a foreign related party. On July 12, 2004, an administrative defense was filed and is still being judged. In June 2008, the Company filed an appeal against the unfavorable decision with the Board of Tax Appeals, which is awaiting judgment.
- (e) Demand of fine for failure to complete the GFIP (FGTS Payment and Social Security Information Form), an accessory social security obligation, for independent contractors' social security contributions and indemnities. The Company is discussing the collection at the administrative level.
- (f) Tax deficiency notice for ICMS - ST, demanded by Goiás State, due to supposed underpayment by the Company. The Company has presented its defense at the administrative level and is awaiting the final judgment.
- (g) Refers to the non-approval of the offset of IRPJ credits related to the fourth quarter of 1999 against IRRF (withholding income tax) debts for the second quarter of 2000. The Company has presented its defense at the administrative level, for which a partially favorable judgment has been rendered. On July 12, 2006, an annulment action was filed, and an escrow deposit was made, to challenge collection of the balance of offset not approved by the Federal Revenue Service.

#### Contingent assets

The Company's significant contingent assets are as follows:

- a) The Company is challenging in court the unconstitutionality and illegality of the increase in the tax basis for PIS and COFINS established by article 3, paragraph 1, of Law 9718/98. The amounts involved in the lawsuits, updated as of June 30, 2010, total R\$13,473 (R\$13,217 as of December 31, 2009). Even though said article 3, paragraph 1, of Law 9718/98 was declared unconstitutional by the Federal Supreme Court in 2009, consistent with the claim filed by the Company, there is no final and unappealable decision on the lawsuits filed by the Company, which await the judgment by the 3<sup>rd</sup> Region Federal Court (TRF). The lawsuits are awaiting judgment. The legal counsel's opinion is that the likelihood of favorable outcome is probable.
- b) The Company is requesting at administrative level the refund of the ICMS and ISS (Service Tax) included in the PIS and COFINS tax basis and paid in the period from April 1999 to March 2007. The amounts of the refund request as of June 30, 2010 are R\$75,782 (R\$73,593 as of December 31, 2009). The legal counsel believes that the chance of a favorable outcome is probable.

The Company has as accounting policy of recognizing contingent assets only after there is a final and unappealable decision on the lawsuits. Since no unappealable decisions have been issued on said lawsuits favorable to the Company, it did not recognize credits related to contingent assets.

Tax installment plans introduced by Law 11941/09

On May 27, 2009, Federal Government enacted Law 11941, as a result of the conversion of Provisional Act 449/08, which, among other changes to tax law, established the possibility of a tax debt installment plan managed by the Federal Revenue Service and the National Treasury Attorney General (PGFN), including the remaining balance of consolidated debts in the REFIS (Law 9964/00), Special Installment Plan (PAES) (Law 10684/03) and the Exceptional Installment Plan (PAEX) (Provisional Act 303/06), in addition to the regular payments in installments provided for by article 38 of Law 8212/91 and article 10 of Law 10522/02.

The entities that opted for paying or dividing into installments the debts under this Law, in the applicable cases, may settle the amounts corresponding to default and automatic fines and late-payment interest, including those related to debts to the government, using tax loss carryforwards, and will benefit from reduced fines, interest and legal charges whose reduction percentage depends on the installment plan chosen.

Pursuant to the established rules, for compliance with the first stage of installment payments, the Company, after having filed motions with courts, formalized the withdrawal from the lawsuits related to taxes that will be paid in installments, applied to the installment plans, and indicated the generic nature of tax debts, paying the corresponding first installments, in conformity with the rules set out in Federal Revenue Service and PGFN.

The tax debts recorded for payment in installments by the Company, pursuant to Law 11941/09, are as follows:

	<u>12/2009</u>	<u>Inflation adjustment</u>	<u>06/2010</u>
INSS tax liability - tax notification (i)	2,743	59	2,802
IRPJ/CSLL/ILL - 1991 (ii)	5,181	217	5,398
Other	<u>1,440</u>	<u>38</u>	<u>1,478</u>
	<u>9,364</u>	<u>315</u>	<u>9,678</u>

- (i) The details of this lawsuit are mentioned in item (d) of item “Tax contingencies”. Due to the withdrawal from this lawsuit, as the Company opted to pay all its debt at sight, it reversed to income R\$1,586 on the fourth quarter of 2009, corresponding to 100% of the late-payment fine and 45% of the interest.
- (ii) The details on this lawsuit are mentioned in item (b) of item “Tax contingencies”. Since the Company has an escrow deposit for this lawsuit, no reversal of late-payment fines and interest was made by the Company upon its withdrawal.

Due to the lack of tax loss carryforwards, the Company does not offset them against the remaining balance of the interest on installments.



In order to comply with the tax debt payment and installment plan by the Company, the consolidation of tax debts by the PGFN and the Federal Revenue Service is expected at this stage and the Company will indicate the debts to be paid in installments and the number of installments. This consolidation stage is estimated to occur by the end of the first half of 2010.

## 16. COMPENSATION OF KEY MANAGEMENT PERSONNEL

16.1. Total compensation of the Company's Management is as follows:

	06/2010			06/2009		
	Compensation			Compensation		
	Fixed	Variable (*)	Total	Fixed	Variable (*)	Total
Directors	1,925	903	2,828	1,714	856	2,570
Officers	2,184	1,836	4,020	3,084	1,883	4,967
	<u>4,109</u>	<u>2,739</u>	<u>6,848</u>	<u>4,798</u>	<u>2,739</u>	<u>7,537</u>

	06/2010			06/2009		
	Compensation			Compensation		
	Fixed	Variable (*)	Total	Fixed	Variable (*)	Total
Executives	<u>1,829</u>	<u>1,364</u>	<u>3,193</u>	<u>1,758</u>	<u>1,322</u>	<u>3,080</u>

(\*) Refers to the profit sharing recorded in the statement of income of the six-month period. The amounts include any additions and/or reversals to the provision recorded in the six-month period in view of the final assessment of the targets established for directors, officers and executives.

16.2. Total compensation of the Company's officers is as follows:

	06/2010		06/2009	
	Stock option balance (quantity) (a)	Average exercise price - R\$ (b)	Stock option balance (quantity) (a)	Average exercise price - R\$ (b)
Officers	<u>1,523,834</u>	<u>27,28</u>	<u>983,231</u>	<u>23,20</u>

  

	06/2010		06/2009	
	Stock option balance (quantity) (a)	Average exercise price - R\$ (b)	Stock option balance (quantity) (a)	Average exercise price - R\$ (b)
Executives	<u>3,216,766</u>	<u>27,28</u>	<u>2,335,487</u>	<u>23,20</u>

(a) Refers to the balance of unexercised vested and unvested options as of the balance sheet dates.

(b) Refers to the weighted-average exercise price of the option at the time of the stock option plans, adjusted for inflation based on the Extended Consumer Price Index (IPCA) through the balance sheet dates.

## 17. SHAREHOLDERS' EQUITY

### a) Capital

As of December 31, 2009, the Company's capital was R\$404,261.

In March 2010, 181,212 common shares without par value were subscribed at the average price of R\$15.53, totaling R\$2,826, and, therefore, the Company's capital is represented by 430,455,773 subscribed and paid-in registered common shares without par value, totaling R\$407,087. Authorized capital decreased from 11,035,564 to 10,854,352 registered common shares.

In June 2010, 101,439 common shares without par value were subscribed at the average price of R\$26.57, totaling R\$2,696, and, therefore, the Company's capital is represented by 430,557,212 subscribed and paid-in registered common shares without par value, totaling R\$409,783. Authorized capital increased from 10,854,352 to 10,752,813 registered common shares.

### b) Dividend payment policy and interest on capital

The shareholders are entitled to receive every year a mandatory minimum dividend of 30% of net income, considering principally the following adjustments:

- Increase in the amounts resulting from the reversal of previously recognized reserves for contingencies.
- Decrease in the amounts intended for the recognition of the legal reserve and reserve for contingencies.

The bylaws allow the Company to prepare semiannual and interim balance sheets and, based on these balance sheets, authorize the payment of dividends upon approval by the Board of Directors.

On April 8, 2009, the Company paid dividends totaling R\$339,385 (R\$0.79 per share) and interest on capital in the total gross amount of R\$18,226 (R\$0.042 gross per share), pursuant to payment approved by the Board of Directors on February 24, 2010 and ratified at the Annual Shareholders' Meeting held on April 6, 2010, related to net income of 2009.

On July 21, 2010, the Board of Directors approved, ad referendum of the Annual Extraordinary Shareholders' Meeting that will resolve on the approval of the financial statements for the year ending December 31, 2010, a proposal for the payment of interim dividends and interest on capital on income recorded in the first half of 2010, in the amount of R\$253,947 (R\$0.59 per share) and R\$35,427, gross of withholding income tax (R\$0.082 per share), respectively. The total amount of interim dividends and interest on capital corresponds to 86.9% of net income recorded in the first half of 2010.

### c) Treasury shares

As of June 30, 2010 and December 31, 2009, the account "Treasury shares" was as follows:

<u>Stock</u>	<u>R\$</u>	<u>Average cost - R\$</u>
<u>655</u>	<u>14</u>	<u>21.37</u>

d) Share premium

Refers to the goodwill generated on the issuance of 3,299 common shares resulting from the capitalization of debentures totaling R\$100,000, occurred on March 2, 2004.

e) Legal reserve

Since the balance of legal reserve plus capital reserves, addressed by article 182, paragraph 1, of Law 6404/76, exceeded 30% of the capital, the Company decided, in accordance with article 193 of the same Law, not to recognize a legal reserve on net income for 2006, 2007, 2008 and 2009.

f) Earnings retention reserve

As of December 31, 2009, the earnings retention reserve was recognized pursuant to article 196 of Law 6404/76 for use in future investments, in the amount of R\$82,988. The retention for 2009, prepared by Management and approved by the Board of Directors on February 24, 2010, was submitted to the approval of the Annual Shareholders' Meeting held on April 9, 2010.

## 18. SHARE-BASED COMPENSATION

Once a year the Board of Directors meets in order to decide on the directors and managers who will receive the options and the total number to be distributed.

Under the format prevailing until 2008, the programs had a four-year term for the eligibility of the option exercise, of which 50% at the end of the third year and 50% at the end of the fourth year, and a maximum term of two years for the exercise of options after the end of the fourth eligibility year.

Since 2009, the program was amended and defined the end of the fourth eligibility year as vesting date of all the options granted, with the possibility of reducing the vesting period to three years through the cancellation of 50% of the options granted and setting the end of the fourth eligibility year as the maximum term for the exercise of the options.

On March 19, 2010, within the context of this new program, 2,175,646 options were ratified by the exercise price of R\$34.17.

The changes in the number of outstanding stock options and their related weighted-average prices in the six-month period/year are as follows:

	06/2010		12/2009	
	Average exercise price per share - R\$	Options (thousands)	Average exercise price per share - R\$	Options (thousands)
Balance at beginning of six-month period/year	27.00	5,538	19.24	4,733
Granted	34.17	2,176	22.44	2,583
Cancelled	27.77	(195)	23.96	(568)
Exercised	<u>26.63</u>	<u>(282)</u>	<u>10.78</u>	<u>(1,210)</u>
Balance at end of six-month period/year	<u>27.28</u>	<u>7,237</u>	<u>23.22</u>	<u>5,538</u>

Out of the 7,237 thousand outstanding options as of June 30, 2010 (5,538 thousand outstanding options as of December 31, 2009), 1,105 thousand outstanding options are vested (685 thousand outstanding options as of December 31, 2009). The options exercised by employees of the Company and/or its subsidiaries as of June 30, 2010 resulted in the issuance of 101 thousand shares, generating an impact of R\$1,838 in shareholders' equity, R\$645 of which from options exercised by the Company's employees and R\$1,193 from options exercised by the subsidiaries' employees (1,210 thousand shares as of December 31, 2009, generating an impact of R\$1,871 on shareholders' equity).

The expense related to the fair value of the options granted during the six-month period ended June 30, 2010, according to the elapsed vesting period, was R\$3,791, R\$1,296 of which from the Company and R\$2,495 from the subsidiaries (R\$1,527 in the six-month period ended June 30, 2009).

The outstanding stock options at the end of the six-month period/year have the following vesting dates and exercise prices:

June 30, 2010:

<u>Grant date</u>	<u>Exercise price - R\$</u>	<u>Outstanding options</u>		<u>Vested options</u>		
		<u>Outstanding options</u>	<u>Remaining contract life (in years)</u>	<u>Exercise price - R\$</u>	<u>Vested options</u>	<u>Exercise price - R\$</u>
March 16, 2005	19.71	201,402	0.72	19.71	201,402	19.71
March 29, 2006	29.37	535,280	1.74	29.37	535,280	29.37
April 24, 2007	27.77	736,237	2.86	27.77	368,119	27.77
April 22, 2008	21.57	1,135,127	3.87	21.57	-	-
April 22, 2009	23.52	2,453,154	6.91	23.52	-	-
March 19, 2010	34.51	<u>2,175,646</u>	7.83	34.51	-	-
		<u>7,236,846</u>			<u>1,104,801</u>	

December 31, 2009:

<u>Grant date</u>	<u>Exercise price - R\$</u>	<u>Outstanding options</u>			<u>Vested options</u>	
		<u>Outstanding options</u>	<u>Remaining contract life (in years)</u>	<u>Exercise price - R\$</u>	<u>Vested options</u>	<u>Exercise price - R\$</u>
April 10, 2004	8.92	93,622	0.28	8.92	93,622	8.92
March 16, 2005	19.12	281,911	1.22	19.12	281,911	19.12
March 29, 2006	28.49	623,221	2.24	28.49	309,906	28.49
April, 24 2007	26.94	807,511	3.36	26.94	-	-
April, 22 2008	20.92	1,210,647	4.37	20.92	-	-
April 22, 2009	22.82	<u>2,520,690</u>	7.41	22.82	-	-
		<u>5,537,602</u>			<u>685,439</u>	

As of June 30, 2010, market price per share was R\$40.00 (R\$36.31 as of December 31, 2009).

Significant data included in the fair value pricing model of the options granted in 2010 is as follows:

- Weighted-average share price of R\$10.82 (R\$7.83 in 2009) on grant date.
- Volatility of 37% (39% in 2009).
- Dividend yield of 5.3% (5.3% in 2009).
- Expected option life of three and four years.
- Risk-free annual interest rate of 10.8% (9.6% in 2009).

Below is a simulation of the effects from: (a) the exercise of options granted through June 30, 2010; and (b) the exercise of all options liable to being granted under the Stock Option Program. For both scenarios, we assumed that all options were exercisable as of June 30, 2010, based on the Company's shareholders' equity on that date:

	<u>Scenario I</u>	<u>Scenario II</u>
	<u>Options granted</u>	<u>Total program options</u>
Average exercise price per share - R\$	27.28	27.28
Number of common shares	430,557,212	430,557,212
Number of shares to be issued upon exercise of options	7,236,846	16,559,893
Book value per share as of June 30, 2010 - R\$	2.60	2.60
Book value per share as of June 30, 2010, considering the exercise of all options granted under each plan - R\$	2.56	2.71
Dilution of book value per share, considering the exercise of all options granted under each plan - R\$	0.04	0.11
Percentage dilution, considering the exercise of all options granted under each plan	1.65%	4.00%

## 19. EMPLOYEE BENEFITS

### a) Pension plan

The Company sponsors two employees' benefit plans: a pension plan, through a private pension fund managed by Brasilprev Seguros e Previdência S.A., and an extension of healthcare plans to retired employees.

The defined contribution pension plan was created on August 1, 2004 and all employees hired from that date are eligible to it. Under this plan, the cost is shared between the employer and the employees so that the Company's share is equivalent to 60% of the employee's contribution according to a contribution scale based on salary ranges from 1% to 5% of the employee's monthly compensation.

On June 30, 2010, the Company did not have actuarial liabilities arising from the former employees' pension plan.

The contributions made by the Company totaled R\$923 in the six-month period ended June 30, 2010 (R\$517 in the six-month period ended June 30, 2009) and were recorded as expenses in the six-month period.

### b) Healthcare plan

The Company maintains a postemployment healthcare plan for a group of former employees and their spouses that are governed by specific rules. As of June 30, 2010, the plan had 304 participants.

As of June 30, 2010, the Company had a reserve for the actuarial liability arising from this plan totaling R\$4,082 (R\$2,384 as of December 31, 2009), which was calculated by an independent actuary considering the following main assumptions:

	<u>Annual percentage</u> <u>(in nominal terms)</u> <u>2010</u>
Financial discount rate	11.2
Increase in medical expenses (reduced by 0.5% per year)	10.5 to 5.5
Long-term inflation	4.5
General mortality table	RP 2000

In the second quarter of 2010, the Company redefined the type of contribution for employees under the post-retirement healthcare plan. As a result, employees will make smaller contributions compared to the previous period, increasing the Company's actuarial liabilities by R\$1,378. Additionally, the Company recorded R\$320 related to actuarial and inflation adjustment in the period.

## 20. FINANCIAL INSTRUMENTS

### 20.1. General considerations and policy

The Company enters into transactions involving financial instruments, all of which are recorded in balance sheet accounts, for the purpose of maintaining their investment capacity and growth strategy. The Company contracts cash investments, loans and financing, as well as derivatives.

Risks and the financial instruments are managed through the definition of policies and strategies and implementation of control systems, defined by the Company's Finance Committee and Board of Directors, which establish foreign exchange exposure limits, allocate funds in financial institutions. The compliance of the treasury area's positions in financial instruments, including derivatives, in relation to these policies, is presented and assessed on a monthly basis by the Finance Committee and subsequently submitted to the analysis of the Audit Committee, the Executive Committee and the Board of Directors.

The treasury area's procedures defined by the current policy include monthly projection and assessment of the Company's foreign exchange exposure, on which Management's decision-making is based.

The "Cash Investments Policy" established by the Company's Management elects the financial institutions with which contracts can be entered into and defines limits for the amounts to be invested in each financial institution.

As of June 30, 2010 and December 31, 2009, all foreign currency-denominated loans and financing were hedged against currency fluctuations by a swap derivative contract.

The Company and its subsidiaries do not use derivatives for speculative purposes.

### 20.2. Derivative policy

#### Foreign exchange risks

The Company's activities expose it to several financial risks: market risk (including currency risk, interest rate risk and price risk), credit risk and liquidity risk. The Company's overall risk management program is focused on the unpredictability of financial markets and seeks to minimize potential adverse effects on the financial performance, using derivatives to protect certain risk exposures.

Risk management is carried out by the Company's central treasury, and policies must be approved by the Board of Directors. The treasury identifies, assesses and hedges the Company against possible financial risks in cooperation with the Company's operational units.

#### a) Market risk

The Company is exposed to market risks arising from its business activities. These market risks comprise mainly possible changes in foreign exchange and interest rates.

i) Currency risk

Due to different types of financial liabilities assumed by the Company in foreign currencies, an “Exchange Rate Hedging Policy” was implemented, establishing exposure limits linked to these risks.

The Policy considers foreign currency-denominated amounts from receivables and payables related to commitments already assumed and recorded in the financial statements based on the Company’s operations, and future cash flows, with average maturity of six months, not yet recorded in the balance sheet arising from the investments in foreign subsidiaries in their related currencies. Derivative transactions aim solely to mitigate exchange rate risks linked to projected cash flows in foreign currency.

For exchange rate exposure, the Company contracts derivative (swaps) and Non Deliverable Forward (NDF) transactions. The exchange rate hedging policy establishes that the hedge contracted by the Company should limit loss due to exchange rate depreciation related to the net income estimated for the current six-month period/year considering the expected depreciation of the U.S. dollar. This limit defines the ceiling, or maximum exchange rate the Company may be exposed.

As of June 30, 2010 and December 31, 2009, the exchange rate exposure is as follows:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Short position:		
Loans and financing (2)	(75,191)	(2,922)
Trade accounts payable (3)	<u>(637)</u>	<u>(497)</u>
Total liabilities	<u>(75,828)</u>	<u>(3,419)</u>
Total exposure	<u>(75,828)</u>	<u>(3,419)</u>
(-) Derivative instruments (1)	<u>184,026</u>	<u>147,882</u>
Net exposure	<u>108,198</u>	<u>144,463</u>

(1) Derivative instruments: swap and forward outstanding contracts, stated below, maturing between July 2010 and July 2014 were signed by the counterparts represented by banks Bradesco (39%), Brasil (1%), HSBC (40%) and BTG Pactual (20%), as follows:

<u>Type of transaction</u>	<u>Notional value</u>		<u>Liabilities at fair value</u>	
	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Financial swaps (1.1)	75,111	94,231	94	(6,647)
Financial forwards (1.1)	-	187	-	(8)
Operating forwards (1.2)	<u>108,915</u>	<u>53,464</u>	<u>(894)</u>	<u>(214)</u>
	<u>184,026</u>	<u>147,882</u>	<u>(800)</u>	<u>(6,869)</u>



As of June 30, 2010, the notional value totaling R\$184,026 (R\$147,882 as of December 31, 2009) represents the assets of derivative financial instruments contracted to hedge the exposure of the Company's liabilities to foreign exchange risks, as detailed in item 20.4. The liabilities balance refer to the net adjustment payable, calculated at fair value as of June 30, 2010 and December 31, 2009 of outstanding derivatives contracted by the Company effective at the balance sheet dates.

(1.1) For financial exchange rate exposures, generated by loans and financing denominated in foreign currency, the Company has contracted swap and forward transactions aiming to mitigate exchange rate risks these loans and financing are subject to. Swap transactions consist of swapping the exchange rate change by a percentage of CDI floating rate. Forward transactions establish a future parity between the Brazilian real and foreign currency based on their equivalence when contracted, adjusted by a fixed interest rate.

(1.2) For operating forwards, related to future flows, forward transactions are contracted.

(2) Loans and financing: refer to loans and financing payables denominated in foreign currency. As of June 30, 2010, the amount of R\$75,191 is denominated in U.S. dollar (US\$41,738 thousand).

(3) Trade accounts payable: refer to balances payable in foreign currency due to trade accounts payable.

ii) Interest rate risk

As the Company has no significant assets exposed to interest rates, its net income and operating cash flows are not materially impacted by changes in market interest rate. The Company's interest rate risk arises on short-term investments and long-term loans. The Company's Management adopts the policy of maintaining its rates of exposure to asset and liability interest rates linked to floating rates. Short-term investments and loans and financing, except when contracted as long-term interest rate (TJLP), are adjusted by CDI floating rate, pursuant to contracts entered into with financial institutions.

The Company contracts swaps to mitigate the risks of loan and financing transactions with indices different from the CDI floating rate.

iii) Sensitivity analysis

Foreign exchange risk

For the sensitivity analysis of derivatives, the Company's Management understands it is necessary to take into consideration corresponding liabilities recorded in the balance sheet as linked operations, as follows:

Total loans and financing in foreign currency	75,191
Notional amount of “financial” derivatives	(75,111)
Net exposure	<u>80</u>

Similarly, the Company considers that part of operating derivatives totaling R\$54,687 should not be included in the sensitivity analysis as they were liquidated in July 1, 2010 and recorded a loss of R\$919.

Thus, the sensitivity analysis will be applied only to the amount of R\$54,228 as a result of the aforementioned considerations.

<u>Exposure</u>	<u>Company’s risk</u>	<u>Probable scenario</u>	<u>Possible scenario</u>	<u>Remote scenario</u>
Financial	Decrease in U.S. dollar rate	(1)	(16)	(27)
Operating	Decrease in U.S. dollar rate	(376)	(10,846)	(18,076)
		(377)	(10,862)	(18,103)

The probable scenario reflects BM&FBOVESPA quotation as of June 30, 2010 (R\$1.79/US\$). Considering asset exposures in U.S. dollar (risk of decrease in this currency), the possible scenario takes into consideration a 25% decrease on the quotation as of June 30, 2010 (R\$1.44/US\$) and a 50% decrease (R\$1.20/US\$) for the remote scenario. For liability exposures (risk of increase in the U.S. dollar), possible and remote scenarios consider a 25% and 50% increase, respectively (R\$2.25/US\$ and R\$2.70/US\$).

Considering the above-mentioned parity, there would be a loss of R\$377 in the probable scenario, a loss of R\$10,862 in the possible scenario, and a loss of R\$18,103 in the remote scenario.

The Company does not use derivatives for speculative purposes.

#### Interest rate risk

As of June 30, 2010, almost all the foreign currency-denominated loans and financing were hedged by foreign currency fluctuation to CDI fluctuation swaps, in light of the Company’s hedging policy, which exposes the Company to CDI fluctuation risks. The table below presents the interest rate exposure of transactions pegged to CDI and TJLP:

Total loans and financing	453,293
Short-term investments	(216,760)
Net exposure	<u>(236,533)</u>

Concerning the net exposure of loans and financing pegged to the interest rates CDI and TJLP, from which the Company has deducted the balances of short-term investments, also pegged to CDI (note 3), the Company’s Management understands that, in view of the low risk of major fluctuations in CDI in 2010 in view of the stability policy implemented by the Federal Government and the history of increases of the basic interest rate of the Brazilian economy in recent years, the sensitivity analysis of the risk of

increase in CDI and TJLP, that would impact the Company's financial expenses, should consider a maximum increase of 25% in CDI (representing an increase of approximately 2.5 percentage points), which should impact financial expenses by approximately R\$5,913.

b) Credit risk

Sales of the Company are made to a great number of Sales Representatives, and this risk is managed through a strict credit granting process. The result of this management is reflected in "Allowance for doubtful accounts", as explained in note 4.

The Company is also subject to credit risks related to financial instruments contracted for the management of its business and considers the risk of not settling transactions with financial institutions low, as these are considered by the market as prime banks.

c) Liquidity risk

Effectively managing liquidity risk implies to maintain enough cash and securities, funds available through credit facilities used and the ability to gain market share. Due to the dynamic nature of the Company's business, the treasury maintains flexibility in funds available through the maintenance of credit facilities used.

The Management monitors the Company's liquidity level considering the expected cash flow against unused credit facilities and cash and cash equivalents.

20.3. Capital management

The objectives of the Company to manage its capital are to safeguard the continuous return to the Company's shareholders and benefits to other related parties, and maintain an ideal capital structure to reduce this cost.

As other companies in its industry, the Company monitors its capital based on financial leverage ratios. This index corresponds to the net debt divided by the total capital. The net debt corresponds to total loans (including short- and long-term loans), deducted from cash and cash equivalents.

The consolidated financial leverage ratios as of June 30, 2010 and December 31, 2009 can be summarized as follows:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Short- and long-term loans and financing	453,293	495,297
(-) Cash and cash equivalents	<u>(216,760)</u>	<u>(242,453)</u>
Net debt	<u>236,533</u>	<u>252,844</u>
Shareholders' equity	<u>1,123,254</u>	<u>1,139,820</u>
Financial leverage ratio	<u>21%</u>	<u>22%</u>

The change in the financial leverage ratio for December 2009 was mainly due to the lower financing requirements for Company's operations.

#### 20.4. Financial derivatives

Swap and forward contracts outstanding as of June 30, 2010 and December 31, 2009, measured at fair value, are as follows:

	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>
Swaps	94	(6,647)
Forwards	-	(8)
Operating forwards	<u>(894)</u>	<u>(214)</u>
	<u>(800)</u>	<u>(6,869)</u>

On the balance sheet dates, the Company consults financial institutions with which the transactions were carried out and update the related amounts based on current derivatives market conditions.

##### a) Details on derivative transactions

###### (1) Financial derivatives

Information on financial derivatives as of June 30, 2010 and December 31, 2009, contracted by the Company arising from loans and financing denominated in foreign currency, is as follows:

<u>Description</u>	<u>Notional amount</u>		<u>Fair value</u>		<u>Accumulated effect through 06/2010 - at fair value</u>	
	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>	<u>06/2010</u>	<u>12/2009</u>	<u>Amount receivable (received)</u>	<u>Amount payable (paid)</u>
Swap contracts:						
Long position:						
U.S. dollar	75,111	4,231	74,681	2,997	94	-
Yen	<u>-</u>	<u>90,000</u>	<u>-</u>	<u>111,192</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>75,111</u>	<u>94,231</u>	<u>74,681</u>	<u>114,189</u>	<u>94</u>	<u>-</u>
Short position-						
CDI floating rate:						
Long position - U.S. dollar	75,111	4,231	74,587	4,027	-	-
Long position - yen	<u>-</u>	<u>90,000</u>	<u>-</u>	<u>116,809</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>75,111</u>	<u>94,231</u>	<u>74,587</u>	<u>120,836</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Forward contracts:						
Long position - U.S. dollar	<u>-</u>	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>192</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Short position-						
Fixed rate	<u>-</u>	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(2) Operating derivatives

Information on operating derivatives as of June 30, 2010 and December 31, 2009, contracted by the Company to hedge the exposure arising from future cash flows, is as follows:

Description	Notional amount		Fair value		Accumulated effect through 06/2010 - at fair value	
	06/2010	12/2009	06/2010	12/2009	Amount receivable (received)	Amount payable (paid)
Forward contracts:						
Long position - U.S. dollar	<u>108,915</u>	<u>53,464</u>	<u>109,263</u>	<u>54,124</u>	-	(894)
	<u>108,915</u>	<u>53,464</u>	<u>109,263</u>	<u>54,124</u>	<u>-</u>	<u>(894)</u>
Short position- Fixed rate- Long position - U.S. dollar	<u>108,915</u>	<u>53,464</u>	<u>110,157</u>	<u>54,338</u>	-	-
	<u>108,915</u>	<u>53,464</u>	<u>110,157</u>	<u>54,338</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

For derivatives maintained by the Company as of June 30, 2010, as contracts are made directly with the respective financial institutions and not through the Commodities and Futures Exchange, no margins have been deposited to guarantee the related transactions.

20.5. Fair value estimate

The fair value of financial instruments not traded in active markets (for example, over-the-counter derivatives) is determined using valuation techniques. The Company uses several methods and sets assumptions that are based on existing market conditions at the balance sheet dates. The fair value of forward exchange contracts is determined based on forwards exchange rates quoted at the balance sheet dates.

It is estimated that the balances of trade accounts receivable and trade accounts payable recognized at their carrying amounts approximate their fair make value in view of the short term of the transactions conducted.

The Company uses hierarchy rules to measure the fair value of its financial instruments, as set out in CPC 40 - Financial Instruments: Disclosures, for financial instruments measured in the balance sheet, which requires the disclosure of fair value measurements at the following hierarchy level:

- Prices quoted (non-adjusted) in active markets for identical assets and liabilities (Level 1).
- In addition to the quoted prices, included in Level 1, inputs used by the market for assets or liabilities, whether directly (e.g., prices) or indirectly (e.g., derived from prices) (Level 2).

- Exemptions for assets or liabilities that are not based on the data adopted by the market (i.e., unobservable inputs) (Level 3).

The table below shows the assets measured at fair value as of June 30, 2010:

	<u>Level 1</u>	<u>Level 2</u>	<u>Level 3</u>	<u>Total balance</u>
<u>Assets</u>				
Financial assets at fair value-				
Derivatives	-	<u>183,944</u>	-	<u>183,944</u>
Total assets	<u>-</u>	<u>183,944</u>	<u>-</u>	<u>183,944</u>

The fair value of the financial instruments traded in active markets (such as held-for-trading and available-for-sale securities) is based on market prices at balance sheet dates. A market is considered active if quoted prices are readily and regularly available from an exchange, dealer, broker, industry group, pricing service or regulatory agency, and those prices represent actual and regularly occurring market transactions on an arm's-length basis. The quoted market price used for the financial assets held by the Group is the price of current competitors. These instruments are included in Level 1.

The fair value of financial instruments not traded in active markets (for example, over-the-counter derivatives) is determined using valuation techniques. These valuation techniques make maximum use of market inputs, where available, and rely as little as possible on entity specific inputs. If all material inputs required for the fair value measurement of an instrument are adopted by the market, the instrument is included in Level 2.

If one or more than one material input is not based on market inputs, the instrument is included in Level 3.

Under Level 2 rules, specific valuation techniques used to measure financial instruments include:

- Quoted market prices or quotations of financial institutions or brokers for similar instruments.
- The fair value of interest rate swaps is measured as the present value of future cash flows estimated based on the yield curves adopted by the market.
- The fair value of foreign exchange futures contracts is determined using future exchange rates at the balance sheet date, using the amount resulting from the discount to present value.
- Other techniques, such as the analysis of discounted cash flows, are used to determine the fair value of the remaining financial instruments.

The Company does not have financial instruments measured at fair value under Level 3 as of June 30, 2010 and December 31, 2009.

Fair value of financial instruments stated at amortized cost

Short-term investments

The amounts of short-term investments recorded in the financial statements approximate their realizable values as they refer to floating rate transactions and are highly liquid.

Loans and financing

The amounts of loans and financing recorded in the financial statements, except them pegged to TJLP, approximate their collectible amounts as they are pegged to CDI fluctuation.

Financing pegged to TJLP approximates the collectible amount recorded in the financial statements as TJLP is also pegged to CDI and is a floating rate.

Additionally, it is assumed that the amounts of trade accounts receivable and trade accounts payable recognized at their carrying amounts approximate their fair market value in view of the short term of the transactions conducted.

21. FINANCIAL INCOME (EXPENSES)

	<u>06/2010</u>	<u>06/2009</u>
Financial income:		
Interest on short-term investments	6,276	3,965
Inflation adjustment and foreign exchange gains	434	36,201
Gains on swap and forward transactions	6,535	1,286
Other	<u>10,049</u>	<u>4,958</u>
	<u>23,294</u>	<u>46,410</u>
Financial expenses:		
Interest on financing	(19,100)	(5,654)
Inflation adjustment and foreign exchange losses	(11,590)	-
Losses on swap and forward transactions	-	(39,983)
Other	<u>(8,177)</u>	<u>(3,152)</u>
	<u>(38,867)</u>	<u>(48,789)</u>

22. NET OPERATING REVENUES

	<u>06/2010</u>	<u>06/2009</u>
Gross revenue-		
Domestic market	2,908,177	2,375,800
Sales taxes	(438,581)	(355,361)
Returns and cancellations	<u>(4,195)</u>	<u>(3,480)</u>
Net income	<u>2,465,401</u>	<u>2,016,959</u>

23. OPERATING EXPENSES BY NATURE

	<u>06/2010</u>	<u>06/2009</u>
Marketing and selling expenses	375,590	279,185
Freight expenses	95,405	104,225
General and administrative expenses	330,497	237,786
Equity in subsidiaries (note 10)	(1,348)	21,139
Management compensation (note 16)	6,848	7,537
Employee benefit expenses (note 24)	116,461	113,925
Depreciation and amortization charges	<u>7,783</u>	<u>6,439</u>
	<u>931,236</u>	<u>770,236</u>

24. EMPLOYEE BENEFIT EXPENSES

	<u>06/2010</u>	<u>06/2009</u>
Payroll and bonuses	86,425	85,675
Share-based compensation	3,791	2,359
Taxes payable	<u>26,245</u>	<u>25,891</u>
	<u>116,461</u>	<u>113,925</u>

25. INSURANCE (INFORMATION NOT REVIEWED BY INDEPENDENT ACCOUNTANTS)

The Company contracts insurance based principally on risk concentration and significance, at amounts considered by Management to be sufficient, taking into consideration the nature of its activities and the opinion of its insurance advisors. As of June 30, 2010, the insurance coverage was as follows:

<u>Item</u>	<u>Type</u>	<u>Insured amount</u>
Industrial complex/ inventories	Any material damages to buildings, facilities and machinery and equipment	815,118
Vehicles	Fire, theft and collision for 1,201 vehicles	44.666
Loss of profits	Normalization of profits arising from material damages to facilities, buildings and production machinery and equipment	1,124,405

26. APPROVAL OF FINANCIAL STATEMENTS FOR ISSUANCE

These individual interim financial statements were approved for issuance by the Board of Directors at the meeting held on July 21, 2010.